



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, abril/2005

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

José Cordeiro Neto (substituto)

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Jorge Khalil Miski

José Antônio Gragnani

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 11, n. 3, mar. 2005. 37 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O Governo Central registrou superávit primário de R\$ 7,3 bilhões no mês de março, R\$ 4,7 bilhões acima do resultado de R\$ 2,5 bilhões registrados em fevereiro. O resultado acumulado no ano alcançou R\$ 18,0 bilhões, equivalente a 4,01% do PIB estimado para o período. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho de março com superávit de R\$ 9,7 bilhões, enquanto a Previdência Social e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 2,3 bilhões e R\$ 21,7 milhões, respectivamente. As despesas do Tesouro Nacional caíram 5,6% no mês, mantendo-se as despesas de custeio e capital relativamente estáveis em termos nominais. Comparando com os três primeiros meses de 2004, o resultado do Governo Central manteve-se estável, apesar do aumento em 32,6% do déficit da Previdência Social.

O superávit primário do Governo Central obtido em março superou em R\$ 4,7 bilhões o resultado do mês anterior.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2004-2005

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões			
	FEV	MAR	JAN-MAR	
	2005	2005	2004	2005
I. RECEITA TOTAL	35.225,1	38.121,9	99.628,9	114.762,3
I.1. Receitas do Tesouro	27.699,7	29.718,9	79.259,9	90.721,7
I.1.1 Receita Bruta	28.136,7	30.449,6	80.911,4	92.253,4
I.1.2. (-) Restituições	-437,0	-730,7	-1.651,5	-1.531,8
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	7.371,0	8.236,1	20.101,0	23.654,1
I.3. Receitas do Banco Central	154,4	166,9	268,0	386,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	6.699,0	6.209,7	16.633,1	20.304,8
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	28.526,1	31.912,2	82.995,8	94.457,5
IV. DESPESA TOTAL	25.953,3	24.613,7	65.399,9	76.420,1
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	7.372,1	6.497,7	20.648,2	22.041,1
IV.2. Benefícios Previdenciários	11.169,3	10.573,3	26.575,3	32.240,2
IV.3. Custeio e Capital	7.190,8	7.303,1	17.738,3	21.587,0
IV.3.1. Despesa do FAT	500,8	858,4	1.880,6	1.974,3
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (1)	1.162,2	932,3	1.013,6	2.401,9
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	692,1	702,6	1.625,6	2.012,3
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	4.835,7	4.809,9	13.218,5	15.198,5
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	105,6	51,0	134,8	165,1
IV.5. Despesas do Banco Central	115,5	188,6	303,4	386,6
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	2.572,8	7.298,6	17.595,8	18.037,4
V.1. Tesouro Nacional	6.332,2	9.657,4	24.105,6	26.623,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (2)	-3.798,3	-2.337,1	-6.474,3	-8.586,1
V.3. Banco Central (3)	38,9	-21,7	-35,5	-0,1
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			4,45%	4,01%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Inclui, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(2) Receitas de Contribuições menos Despesas com Benefícios Previdenciários.

(3) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

PRINCIPAIS VARIAÇÕES
ACUMULADO: 2005/2004

DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	15,2%
Tesouro	14,5%
Previdência	17,7%
Transferências	22,1%
Receita Líquida	13,8%
Despesas	16,9%
Benefícios	21,3%
Pessoal	6,7%
Custeio e Capital	21,7%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Receita Total	25,18%	25,53%
Transferências	4,20%	4,52%
Receita Líquida	20,98%	21,02%
Despesa Total	16,53%	17,00%
Resultado Primário	4,45%	4,01%

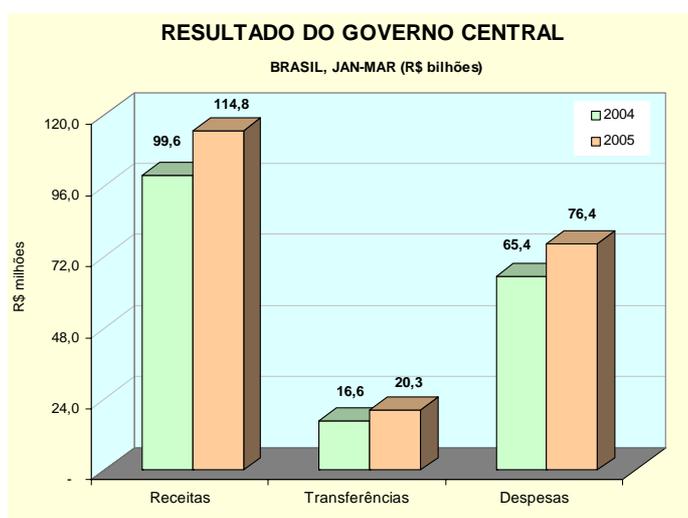
O crescimento das despesas do Governo Central como um todo foi desigual. As despesas com a Previdência Social, bem como as transferências referentes a LOAS, cresceram ambas mais de 20,0%, enquanto a despesa com pessoal cresceu 6,7%. As despesas discricionárias do Executivo (custeio e capital) cresceram 10,3% (contra um crescimento estimado de 13,6% do PIB),

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Receitas do Tesouro (*)	20,03%	20,18%
Transferências	4,20%	4,52%
Despesas do Tesouro	9,74%	9,74%
Resultado Primário	6,09%	5,92%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

empurradas pelo acréscimo das despesas com a Saúde (R\$ 587,4 milhões), da Defesa (R\$ 285,8 milhões) e Educação (R\$ 136,7 milhões). A essas despesas somou-se R\$ 1,2 bilhão referente a re-ordenamento de passivos (capitalização da Emgea para amortização dos empréstimos habitacionais antigos). As despesas de custeio e capital do Legislativo, Judiciário e MPU, excluindo sentenças e precatórios somaram R\$ 871,1 milhões no ano, 31,3% superior a igual período de 2004; os precatórios somaram R\$ 611,4 milhões, contra R\$ 50,2 milhões do primeiro trimestre de 2004. Por seu lado, as transferências a estados e municípios cresceram R\$ 3,7 bilhões (22,1%).

No primeiro trimestre de 2005 as transferências a estados e municípios cresceram R\$ 3,7 bilhões (22,1%) em relação a igual período do ano anterior, devido à arrecadação relativamente maior dos tributos partilhados, da cota-parte de compensação financeira, e do início dos repasses da Cide.



O resultado do Tesouro Nacional do mês suplantou o obtido em fevereiro em R\$ 3,3 bilhões, em parte devido ao maior número de semanas e dias úteis de incidência tributária de março, vis-à-vis o mês anterior, em parte devido à redução nas despesas de pessoal, em função do menor volume de pagamento de precatórios de natureza alimentícia pelos Tribunais Regionais Federais em relação a fevereiro. No trimestre, as receitas do Tesouro Nacional – líquidas de restituições e incentivos fiscais – cresceram R\$ 11,5 bilhões (14,5%) em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando o montante de R\$ 90,7 bilhões. O comportamento das receitas este ano reflete os efeitos de medidas tributárias adotadas ao longo de 2004, além do crescimento econômico e da evolução dos níveis de preços, e está em linha com a proposta de manutenção da arrecadação em proporção do PIB. As principais medidas tomadas no ano passado que afetaram positivamente a receita deste ano, sem correspondência no primeiro trimestre de 2004, foram: i) alteração na sistemática de cobrança da Cofins (não-cumulatividade), incidência sobre as importações e retenção na fonte dos pagamentos feitos por empresas ou órgãos públicos a

peças jurídicas; ii) mudança do período de apuração e recolhimento do IPI, de quinzenal para mensal; e iii) aumento da alíquota da CSLL referente a prestadoras de serviços. Além disso, houve aumento na arrecadação da cota-parte de compensações financeiras, devido à elevação do preço do barril de petróleo no mercado internacional, vis-à-vis o preço médio no primeiro trimestre de 2004.

As transferências a estados e municípios cresceram R\$ 3,7 bilhões (22,1%) em relação ao primeiro trimestre de 2004. Os principais destaques foram o acréscimo de R\$ 2,2 bilhões (16,8%) nas transferências dos fundos de participação (FPE e FPM), acompanhando o crescimento na arrecadação do IR e do IPI em relação ao ano anterior, de R\$ 587,1 milhões (38,4%) nas transferências de cota-parte de compensações financeiras, e de R\$ 465,5 milhões nos repasses da Cide. Esses últimos sem correspondência nos primeiros meses de 2004, pois a Lei nº 10.866/2004, que as estabeleceu, foi regulamentada somente em abril daquele ano.

As despesas do Tesouro Nacional cresceram R\$ 5,3 bilhões (13,7%) relativamente às verificadas até março de 2004. Os gastos com pessoal e encargos sociais aumentaram R\$ 1,4 bilhão (6,7%) como reflexo do crescimento vegetativo da folha salarial, da reestruturação de algumas carreiras estratégicas e da contratação de novos servidores, especialmente professores de 3º grau e técnicos administrativos para as Instituições Federais de Ensino Superior, professores de 1º e 2º graus para as Instituições Federais de Ensino, técnicos administrativos para os Hospitais Universitários, agentes e delegados da Polícia Federal, fiscais da Previdência Social, advogados da União e procuradores federais e da Fazenda Nacional.

As despesas com custeio e capital, por sua vez, cresceram R\$ 3,8 bilhões (21,7%), com destaque para os subsídios e subvenções econômicas, nos quais incluem-se os repasses para a Empresa Gestora de Ativos (Emgea) em fevereiro e março (R\$ 1,2 bilhão), sem correspondência no ano anterior. Além disso, cresceram em R\$ 386,6 milhões (23,8%) as despesas com LOAS e RMV, especialmente LOAS (32,8%), em função do aumento do salário-mínimo a partir de maio de 2004 e do aumento de concessões após redução da idade de benefício de 70 para 65 anos e da renda média familiar requerida (estatuto do idoso). O número médio de benefícios da LOAS concedidos no primeiro trimestre passou de 1,7 milhão em 2004, para 2,1 milhões este ano (aumento de 19,7%).

A Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 8,6 bilhões no trimestre, contra R\$ 6,5 bilhões no mesmo período de 2004, o que representa crescimento nominal da ordem de 32,6%. Esse comportamento decorre do

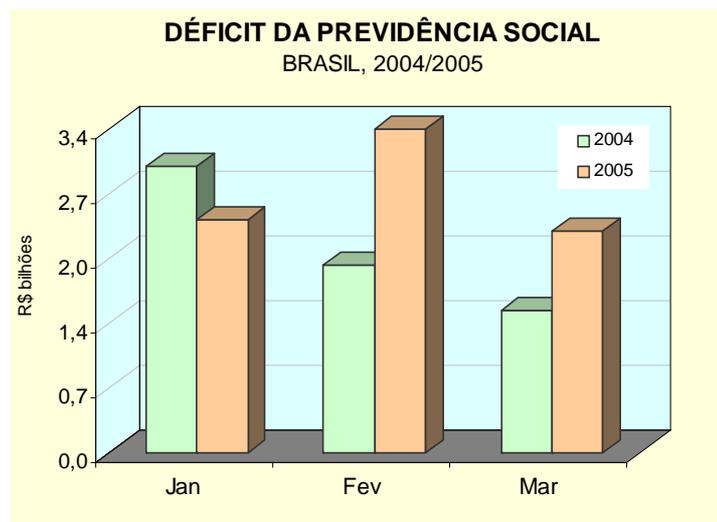
Fev/05	Mar/05	R\$ mi	%
7.372,1	6.497,7	-874,4	-11,9%
Mar/04	Mar/05	R\$ mi	%
6.625,1	6.497,7	-127,5	-1,92%
1º trim/04	1º trim/05	R\$ mi	%
20.648,2	22.041,1	1.392,9	6,7%

As despesas com benefícios assistenciais da LOAS cresceram 32,8%, passando de R\$ 1,2 bilhão no primeiro trimestre de 2004, para R\$ 1,6 bilhão, em igual período deste ano.

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Contribuição	20,1	23,7	17,7%
Benefícios	26,6	32,2	21,3%
Resultado Primário	-6,5	-8,6	32,5%

maior dinamismo dos gastos com benefícios, que aumentaram 21,3% no período, ao passo que as contribuições aumentaram 17,7%. À correção acima da inflação do valor dos benefícios atrelados ao salário-mínimo, soma-se a ampliação do contingente de novos benefícios, especialmente via auxílio-doença, que em relação a igual período de 2004, apresentou aumento de 26,3% no número médio de benefícios concedidos.

O déficit da Previdência caiu R\$ 1,5 bilhão (38,5%) em relação ao mês anterior, em grande parte devido à redução de R\$ 601,3 milhões (52,1%) nas transferências a terceiros (Sesi, Senai etc) – uma vez que em fevereiro foram repassadas a esses órgãos as contribuições sobre o 13º salário – e devido à oscilação dos gastos com sentenças judiciais, que passaram de R\$ 1,1 bilhão, naquele mês, para R\$ 369,5 milhões, em março.



Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em março, a sazonalidade permitiu que receita bruta do Tesouro totalizasse R\$ 30,4 bilhões, valor R\$ 2,3 bilhões superior à arrecadação de fevereiro.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 30,4 bilhões em março de 2005, superior em R\$ 2,3 bilhões à do mês anterior. Esse comportamento pode ser explicado: pelo: (i) pelo maior número de dias úteis no mês de março, em relação a fevereiro, o que afetou positivamente a arrecadação do Imposto de Importação e do IPI-Vinculado; (ii) pela ocorrência de cinco semanas de fatos geradores em março, contra quatro em fevereiro no mês anterior, que também explica, em parte parcialmente, o desempenho da arrecadação dos tributos com apuração semanal (IRRF-Rendimentos do Trabalho; IRRF- Rendimentos do Capital; IRRF-Outros rendimentos; e CPMF); e (iii) pelos recolhimentos atípicos do IRPJ e CSLL por parte das instituições financeiras (respectivamente de R\$ 250,0 milhões e R\$ 214,0 milhões, respectivamente, bem como do IRRF-Remessas para o Exterior (R\$ 120,0 milhões).

As demais receitas do Tesouro Nacional perfizeram R\$ 3,2 bilhões, representando apresentando queda redução de R\$ 268,7 milhões em relação ao mês anterior, não obstante o incremento verificado nas receitas diretamente arrecadadas (R\$ 865,5 milhões) - em decorrência do recolhimento anual da taxa de fiscalização de funcionamento de serviços de telecomunicações pela Agência Nacional de Serviços de Telecomunicações (Anatel) - e na cota parte de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural (R\$ 99,6 milhões). Cabe destacar, todavia, que em fevereiro ingressou no Tesouro Nacional R\$ 1,3 bilhão a título de pagamento de dividendos, referentes aos recolhimentos, principalmente, de Petrobrás e Banco do Brasil. Em março, as receitas de dividendos perfizeram apenas R\$ 0,1 milhão. Essa retração decorreu, em grande parte, da redução de R\$ 1,3 bilhão à receita de dividendos da União (pela não ocorrência de fluxo nesse mês), a qual mais que compensou o incremento verificado nas receitas diretamente arrecadadas (R\$ 865,5 milhões) e na cota parte de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural (R\$ 99,8 milhões).

A receita bruta do Tesouro Nacional, no primeiro trimestre de 2005, apresentou crescimento de R\$ 11,3 bilhões (14,0%), quando comparada a período equivalente no ano anterior, passando de R\$ 80,9 bilhões para R\$ 92,2 bilhões. Esse crescimento está associado, dentre outros fatores: (i) ao aumento na arrecadação de IRPJ e CSLL decorrente, principalmente, da aceleração dos pagamentos efetuados por empresas não financeiras com base em estimativa mensal e lucro presumido, ambos apurados com base no faturamento; (ii) à incidência da Cofins, a partir de maio de 2004, sobre insumos importados pelas empresas sujeitas a não cumulatividade (Lei nº 10.833/2003); e (iii) à extensão da tributação da Cofins a todos os produtos importados (Lei nº 10.864/2004).

A arrecadação das demais receitas apresentou incremento de R\$ 1,3 bilhão, em relação ao acumulado do primeiro trimestre do ano anterior, decorrente do maior recolhimento da participação especial da cota-parte de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural (R\$ 882,0 milhões), refletindo os níveis mais elevados dos preços internacionais do petróleo que os observados no começo do ano de 2004, e do acréscimo verificado nas receitas diretamente arrecadadas (R\$ 701,8 milhões), concentrado, basicamente, no recolhimento da taxa de fiscalização de serviços de telecomunicações da Anatel que refletiu, entre outros fatores, o maior número de habilitações de aparelhos celulares, relativamente a 2004.

RECEITAS BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005 (R\$ milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	FEV	MAR
Impostos	10.986,8	13.128,7
Imposto de Renda	8.037,9	9.820,9
IPI	1.860,5	1.955,3
Outros	1.088,4	1.352,4
Contribuições	13.638,2	14.077,8
Cofins	6.338,1	6.427,3
CPMF	2.251,0	2.629,2
CSLL	2.017,5	2.158,6
Cide - Combustíveis	607,9	593,7
Outras	2.423,68	1.835,85
Demais	3.511,8	3.243,1
Cota parte	588,0	687,6
Diretamente Arrecadada	836,4	1.701,9
Dividendos da União	1.252,2	0,1
Pagamento Unificado /2	245,5	258,2
Outras	589,8	595,3
Total Bruto	28.136,7	30.449,6

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

² Pagamentos decorrentes de Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição nos respectivos tributos, quais sejam, Cofins, PIS e CSLL.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Impostos	8,65%	8,41%
Imposto de Renda	6,60%	6,26%
IPI	1,23%	1,33%
Outros	0,82%	0,81%
Contribuições	9,40%	9,70%
Cofins	4,26%	4,55%
CPMF	1,60%	1,57%
CSLL	1,42%	1,54%
Cide - Combustíveis	0,48%	0,41%
Outras	1,64%	1,54%
Demais	2,41%	2,42%
Cota parte	0,64%	0,76%
Diretamente Arrecadada	0,75%	0,82%
Dividendos da União	0,35%	0,30%
Pagamento Unificado /1	0,17%	0,17%
Outras	0,50%	0,38%
Total Bruto	20,45%	20,52%

¹ Em 2005 inclui Pagamentos decorrentes de Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição nos respectivos tributos, quais sejam, Cofins, PIS e CSLL. Em 2004 apenas Paes.

Transferências a Estados e Municípios

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS

Decêndio	FEV	MAR
Terceiro Decêndio	6.746,6	5.353,5
Primeiro Decêndio	1.633,9	3.298,6
Segundo Decêndio	2.513,8	1.796,1
Total	10.894,3	10.448,2

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-MAR (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Constitucionais (IR, IPI e outros)	13.215,8	15.433,6
Constitucionais (CIDE - Combustíveis)	0,0	465,5
Desoneração do ICMS	850,0	1.079,1
Demais	1.858,7	3.326,6
Total	15.924,5	20.304,8

Por efeitos sazonais, as transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 6,2 bilhões em março, R\$ 0,4 bilhão menor que no mês anterior. Para tal comportamento, contribuíram: (i) a diminuição de R\$ 196,2 milhões nas transferências dos fundos de participação (FPE e FPM), em função da menor arrecadação do IRRF no último decênio de fevereiro, base de cálculo das transferências para o mês de março; (ii) a redução de R\$ 646,7 milhões no repasse da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, uma vez que a transferência de fevereiro reflete o recolhimento, concentrado ao final de janeiro, relativo ao último trimestre de 2004.

Comparativamente ao primeiro trimestre de 2004, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo da ordem de R\$ 3,7 bilhões (0,32 ponto percentual do PIB). As transferências dos fundos de participação (FPE, FPM e outros) aumentaram em R\$ 2,2 bilhões, acompanhando o crescimento das receitas tributárias compartilhadas (IR e IPI); aquelas transferências provenientes do recolhimento da participação especial da cota-parte de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural aumentaram em R\$ 587,1 milhões, em decorrência basicamente do aumento no preço do petróleo. Por outro lado, as transferências relativas à Cide foram R\$ 465,5 milhões maiores que no primeiro trimestre de 2004, já que o compartilhamento deste tributo federal só ocorreu a partir de abril daquele ano, depois da regulamentação da Lei nº 10.866/2004.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

As despesas do Tesouro Nacional, em março, apresentaram queda de R\$ 816,7 milhões em relação às observadas em fevereiro.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 13,9 bilhões, em março, contra R\$ 14,7 bilhões, no mês anterior, apresentando, portanto, redução de R\$ 816,7 milhões (5,6%).

O comportamento da despesa com pessoal e encargos sociais, que passou de R\$ 7,4 bilhões para R\$ 6,5 bilhões, é explicado, principalmente, pelo menor volume de pagamento de precatórios de natureza alimentícia pelos Tribunais Regionais Federais em relação a fevereiro.

Os gastos com custeio e capital atingiram R\$ 7,3 bilhões, mantendo-se praticamente estáveis em relação ao mês anterior quando perfizeram R\$ 7,2 bilhões. Observou-se, por um lado, acréscimo de R\$ 357,6 milhões nas despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). As despesas relativas ao seguro desemprego, abono salarial e gastos operacionais do FAT atingiram R\$ 858,4 milhões, frente a R\$ 500,8 milhões em fevereiro. Houve, ademais, no mês de março, pagamento de abono salarial, sem ocorrência no mês anterior. Os

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005 (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	FEV	MAR
Pessoal e Encargos	7.372,1	6.497,7
Custeio e Capital	7.190,8	7.303,1
Despesas do FAT	500,8	858,4
Subsídios e Subvenções /1	1.162,2	932,3
LOAS/RMV (1)	692,1	702,6
Outras	4.835,7	4.809,9
Transferência ao Bacen	105,6	51,0

/1 Inclui, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

dispêndios com seguro desemprego tiveram acréscimo, em função do maior número de semanas no mês de março, comparativamente a fevereiro.

Por outro lado, houve queda dos dispêndios com subsídios e subvenções econômicas, em especial, no Programa de Incentivo às Exportações - Proex, (R\$ 193,4 milhões) e no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (R\$ 53,7 milhões). Como no mês anterior, foi realizada despesa referente ao repasse, a título de aumento de capital da Empresa Gestora de Ativos (Emgea), no montante de R\$ 605,8 milhões¹.

No primeiro trimestre de 2005, as despesas do Tesouro Nacional apresentaram aumento de R\$ 5,3 bilhões (13,7%) em relação a 2004. Destacam-se, em especial, os incrementos de R\$ 1,4 bilhão (6,7%) nos gastos com pessoal e encargos sociais e de R\$ 3,8 bilhões (21,7%) nas despesas de custeio e capital, incluindo os três Poderes. No Executivo, a maior parte deste aumento decorre da despesas com a Saúde (R\$ 587,4 milhões), além de R\$ 1,2 bilhão de despesas com reordenamento de passivos (capitalização da Emgea), sem contrapartida em 2004.

Os dispêndios com pessoal e encargos sociais respondem ao crescimento vegetativo da folha salarial, da reestruturação de algumas carreiras estratégicas, ao longo de 2004, e do reajuste dos servidores públicos federais, com impacto a partir de agosto daquele ano.

O crescimento nominal dos dispêndios com custeio e capital é explicado, principalmente, pelo aumento observado nas despesas discricionárias dos três Poderes (R\$ 2,0 bilhões), com subsídios e subvenções econômicas (R\$ 1,4 bilhão) – dos quais R\$ 1,2 bilhão, conforme mencionado, referente a reordenamento de passivos – e com despesas relativas à LOAS/RMV (R\$ 386,6 milhões). O aumento das outras despesas de custeio e investimento do Poder Executivo foi de R\$ 1,3 bilhão (10,3%), enquanto o dos Poderes Legislativo e Judiciário e MPU, excluindo precatórios e sentenças judiciais, atingiu R\$ 207,6 milhões (31,3%).

Foram pagos R\$ 3,0 bilhões de restos a pagar (RP) no primeiro trimestre do ano, correspondentes a 27,9% do total de RP inscritos em 2004 (menos cancelamentos) – respeitados os fluxos previstos no Decreto nº 5.379, de 25/02/2005. Aproximadamente ¼ desta despesa (R\$ 774,7 milhões) refere-se a despesas com investimentos.

¹ O contrato com a EMGEA prevê o aumento de capital por parte da União, pela transferência, dentre outros, de créditos da União junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. A referida cessão de créditos permitirá à EMGEA fazer face às despesas associadas às perdas com empréstimos do sistema habitacional (e.g., antigo BNH e COHABs).

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

DESpesas DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Pessoal e Encargos	5,22%	4,90%
Custeio e Capital	4,48%	4,80%
Despesas do FAT	0,48%	0,44%
Subsídios e Subvenções /1	0,26%	0,53%
LOAS/RMV	0,41%	0,45%
Outras	3,34%	3,38%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,04%

/1 Inclui, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Foram pagos, em março, 27,9% do total de restos a pagar (RP) inscritos.

Os subsídios e subvenções econômicas, excluindo as despesas com reordenamento de passivos, aumentaram em R\$ 197,3 milhões no primeiro trimestre, comparado ao mesmo período do ano anterior. As despesas com subsídios à exportação, no âmbito do Programa de Incentivo às Exportações (Proex), apresentaram incremento de R\$ 273,7 milhões, enquanto os dispêndios com o Programa Aquisições do Governo Federal (AGF) apresentaram aumento de R\$ 133,00 milhões. Por outro lado, apresentaram queda as despesas com a equalização no âmbito do Programa de Investimento Rural e Agroindustrial (R\$ 148,3 milhões), com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf (R\$ 82,4 milhões) e os dispêndios com o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH (R\$ 85,6 milhões). Ressalta-se que a redução das despesas com o Pronaf é explicada pelo fato de que parte das demandas que eram atendidas anteriormente com recursos das Operações Oficiais de Crédito (OOC), passaram a ser executadas com recursos dos fundos constitucionais.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO BRASIL, JAN-MAR (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Agricultura	601,2	535,8
Custeio Agropecuário	30,4	52,7
Investimento Rural	175,4	27,1
Preços Agrícolas	170,3	313,2
- EGF	3,0	0,5
- AGF	157,4	290,4
- Sustentação de preços	9,9	22,3
Pronaf	225,2	142,8
Outros	99,2	301,0
Habitação (PSH)	106,7	21,1
Exportação (Proex)	(13,9)	259,8
Fundo da Terra/Incra	6,4	20,0
Total	700,5	836,8

Previdência Social

Em março, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit primário de R\$ 2,3 bilhões, levando o déficit do RGPS do primeiro trimestre de 2005 para R\$ 8,6 bilhões, contra R\$ 6,5 bilhões observados em igual período de 2004 (incremento de 32,5%).

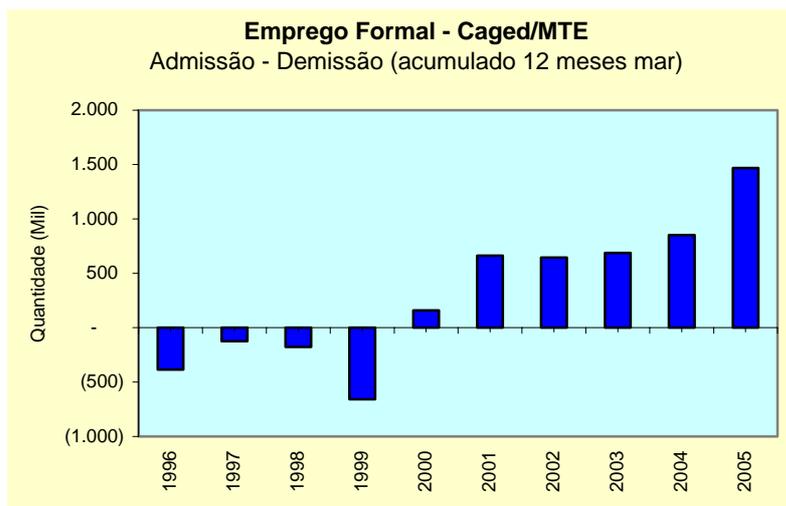
*Em março, o déficit da
Previdência Social foi de
R\$ 2,3 bilhões.*

TABELA 2 RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASIL, 2004-2005				
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	FEV 2005	MAR 2005	JAN-MAR 2004 2005	
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	7.377,2	8.236,1	20.101,0	23.660,3
Arrecadação Bruta	8.550,7	8.810,4	22.150,7	25.887,4
- Contribuição Previdenciária	8.006,5	8.331,0	20.649,9	23.942,5
- Simples	316,3	318,6	944,3	1.160,1
- CDP	0,0	0,0	0,2	0,0
- CFT	117,9	36,1	234,5	154,1
- Depósitos Judiciais	46,5	76,5	219,4	473,2
- Refis	34,1	35,9	73,0	104,3
- Outras Receitas	29,3	12,2	29,4	53,2
(-) Restituição/Devolução	-20,1	-22,2	-74,7	-52,8
(-) Transferências a Terceiros	-1.153,4	-552,1	-1.975,0	-2.174,3
II. BENEFÍCIOS	11.169,3	10.573,3	26.575,3	32.240,2
Benefícios Previdenciários	11.169,3	10.573,3	26.575,3	32.240,2
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.792,1	-2.337,1	-6.474,3	-8.579,9
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,64%	-1,91%

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 8,2 bilhões em março, representando crescimento de 11,6% frente aos ingressos líquidos de fevereiro. Tal comportamento deve-se, principalmente, à normalização das transferências a terceiros (Sesi, Senai, Sesc e outros), após o repasse do 13º salário de 2004 em fevereiro. Do lado da despesa houve queda de 5,3% em relação ao mês anterior, explicada pela diminuição dos gastos com sentenças judiciais, que passaram de R\$ 1.085,3 milhões para R\$ 369,5 milhões.

No acumulado do ano, a arrecadação líquida cresceu 17,7% (R\$ 3,6 bilhões) frente ao mesmo período de 2004, refletindo, em parte, o comportamento do emprego no setor formal, com impacto direto nas receitas previdenciárias. Segundo os dados do Caged, o nível de emprego formal com carteira assinada cresceu 0,41% em relação ao mês anterior, representando aumento de 103 mil postos de trabalho. Foram gerados 1.468 mil novos empregos no acumulado 12 meses até março, frente a 852 mil novos postos observados em igual período do ano anterior.

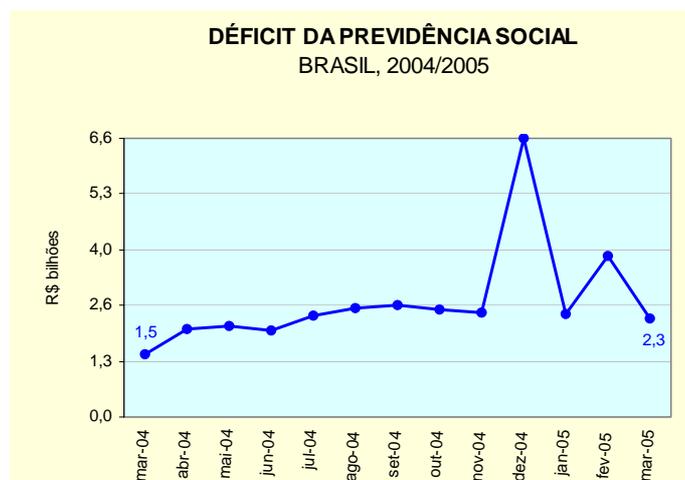
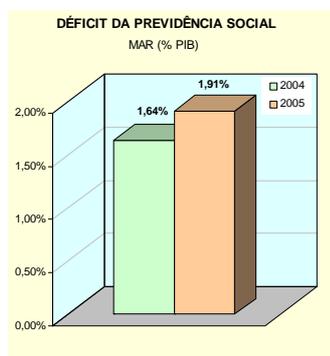
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-MAR (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Contribuição	20,1	23,7	17,7%
Benefícios	26,6	32,2	21,3%
Resultado Primário	-6,5	-8,6	32,5%



As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 32,2 bilhões no acumulado até março de 2005, representando aumento de 21,3% (R\$ 5,7 bilhões) em relação ao mesmo período de 2004, bem acima do crescimento de 6,8% no valor médio dos benefícios pagos. Houve crescimento aumento de 1,2 milhão na quantidade média mensal de benefícios pagos, equivalente à cerca de 5,5% do estoque, contribuindo assim para o acréscimo de R\$ 2,1 bilhões na necessidade de financiamento do regime.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-MAR			
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Quantidade*	22,0	23,2	5,5%
Valor médio**	416,5	444,8	6,8%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00



Na comparação da média do primeiro trimestre de 2005 em relação à média do ano anterior, destacam-se os aumentos de 450,7 mil aposentadorias (3,7%), 287,4 mil benefícios de auxílio-doença (26,3%) e 344,2 mil nos beneficiários de LOAS (19,7%). Os benefícios assistenciais (LOAS, RMV e PMV) já respondem ao pagamento mensal de 2,6 milhões de benefícios.

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2004-2005

Em mil benefícios

	FEV		MAR		MÉDIA JAN-MAR	
	2005	2005	2005	2005	2004	2005
TOTAL	23.160	23.274	23.160	23.274	21.971	23.177
PREVIDENCIÁRIOS	19.743	19.843	19.743	19.843	18.866	19.760
Aposentadorias	12.655	12.696	12.655	12.696	12.209	12.660
Idade	6.478	6.495	6.478	6.495	6.209	6.478
Invalidez	2.539	2.550	2.539	2.550	2.423	2.539
Tempo de contribuição	3.638	3.651	3.638	3.651	3.577	3.642
Pensão por morte	5.648	5.661	5.648	5.661	5.501	5.648
Auxílio - doença	1.368	1.413	1.368	1.413	1.093	1.380
Salário - maternidade	46	47	46	47	40	46
Outros	27	27	27	27	23	27
ACIDENTÁRIOS	754	757	754	757	737	755
Aposentadorias	137	138	137	138	131	138
Pensão por morte	130	130	130	130	130	130
Auxílio - doença	128	131	128	131	118	129
Auxílio - acidentado	266	266	266	266	265	266
Auxílio - suplementar	91	91	91	91	93	91
ASSISTENCIAIS	2.653	2.664	2.653	2.664	2.369	2.652
Amparos Assistenciais - LOAS	2.094	2.109	2.094	2.109	1.749	2.093
Idoso	954	963	954	963	707	953
Portador de deficiência	1.140	1.146	1.140	1.146	1.042	1.140
Pensões mensais vitalícias	17	17	17	17	18	17
Rendas mensais vitalícias	543	538	543	538	602	542

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,18 ponto percentual em relação ao primeiro trimestre do ano passado, sendo insuficiente para cobrir o aumento de 0,46 ponto percentual nos gastos com benefícios previdenciários. Como resultado, o déficit primário do RGPS situou-se 0,27 ponto percentual acima do observado em 2004, atingindo 1,91% do PIB. O déficit acumulado até março está R\$ 128,7 milhões acima da expectativa projetada pelas medidas do Programa de Modernização da Gestão da Previdência Social, anunciado em 24 de março de 2005, e R\$ 2,0 bilhões acima da projeção subjacente ao Decreto nº 5.379/2005.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-MAR (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Contribuição	5,08%	5,26%
Benefícios	6,72%	7,17%
Resultado Primário	-1,64%	-1,91%

METAS DO DÉFICIT DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - 2005 (R\$ milhões)							
METAS	Janeiro	Fevereiro	Março	1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Decreto nº 5.379/2005	2.450,0	2.260,4	1.841,0	6.551,4	7.446,2	8.962,2	14.843,6
Programa de Modernização	-	-	2.209,2	8.451,2	6.400,2	6.723,5	10.390,4
Realizado	2.450,6	3.792,1	2.337,1	8.579,9	-	-	-

Em março, a participação de títulos pré-fixados na Dívida Pública Mobiliária Federal interna – DPMFi continuou a aumentar, com emissão líquida de R\$ 8,5 bilhões de LTN (a demanda total do público por LTN, contando as operações de mercado aberto do Bacen aumentou em aproximadamente R\$ 14 bilhões). A relação Dívida Líquida do Tesouro Nacional/PIB caiu ligeiramente em relação a março de 2004, ficando em 25,4%. O custo médio anualizado da dívida mobiliária atingiu 19,37% a.a., sendo que excluída a parcela dos títulos indexados ao câmbio o custo foi de 18,71% a.a.. Apesar do prazo médio das LFT ter aumentado em 0,40 mês, devido à emissão deste título com prazo de 32,08 meses, superior ao seu prazo médio de estoque em fevereiro (18,06 meses), a preponderância de emissões de LTN, mesmo que a prazos de 14,33 meses, continua a implicar em uma redução no prazo médio da dívida de 28,01 meses. A participação dos bônus de captação na Dívida Pública Federal externa – DPFe, por seu lado, aumentou, em virtude da emissão do Global 2015. O número de participantes no programa Tesouro Direto ultrapassou 37 mil e as vendas no primeiro trimestre do ano excederam aquelas do mesmo período de 2004 em 96%, demonstrando o crescimento orgânico desta alternativa de investimento pela internet para a pessoa física, que vem se dando sem maior publicidade institucional.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

A dívida líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 462,2 bilhões em março, equivalente a 25,4% do PIB acumulado nos últimos doze meses. Em relação ao mês anterior, verificou-se uma elevação de R\$ 30,6 bilhões, explicada, principalmente, pela emissão líquida de títulos nos mercados interno e externo, pelo efeito da apropriação por competência dos juros nominais da DPMFi e pela depreciação cambial.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004 MAR	2005 FEV MAR	
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	182.192	233.357	257.078
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	734.065	835.429	862.116
Dívida Contratual da STN	-415.692	-447.355	-449.277
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-136.181	-154.717	-155.762
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	224.477	198.301	205.143
Dívida Mobiliária em Poder do Público	176.587	160.961	167.327
Títulos Depositados em Garantia	-3.912	-3.697	-3.779
Dívida Contratual	52.150	41.499	42.038
Disponibilidades	-347	-461	-443
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	406.670	431.658	462.221
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	25,5%	23,9%	25,4%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

A dívida líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 462,2 bilhões em março. Em relação ao PIB esse montante representou 25,4%, ligeiramente inferior àquele observado no mesmo mês de 2004.

Em março, a dívida interna líquida do Tesouro Nacional em mercado alcançou R\$ 257,1 bilhões, superando em R\$ 23,7 bilhões o saldo apurado no mês anterior. Essa elevação deveu-se, principalmente, à emissão líquida de títulos em mercado, da ordem de R\$ 10,8 bilhões, à incorporação por competência dos juros nominais sobre a dívida mobiliária interna e à colocação em mercado de títulos que se encontravam na carteira do Banco Central.

Dívida Interna Líquida

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004	2005	
	MAR	FEV	MAR
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	182.192	233.357	257.078
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	734.065	835.429	862.116
LFT	440.259	478.955	489.468
LTN	116.192	169.564	183.445
NTN-C	64.322	79.010	80.282
NTN-D	23.587	6.177	6.179
Demais	68.595	73.682	74.817
Dívida Securitizada	19.024	25.391	25.278
TDA	2.086	2.650	2.647
DÍVIDA CONTRATUAL	-551.873	-602.072	-605.039
<i>Tesouro Nacional</i>	-415.692	-447.355	-449.277
Dívida Bancária	25.542	25.047	24.998
Lei nº 7.976/89	-9.609	-7.439	-7.589
Lei nº 8.727/93	-47.684	-48.070	-48.001
Lei nº 9.496/97	-218.539	-243.888	-245.135
Renegociação Dívida Municipais	-31.882	-36.533	-36.780
Demais Haveres da STN	-133.518	-136.471	-136.770
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-136.181	-154.717	-155.762
FAT	-94.308	-107.193	-107.899
Demais Entidades	-41.873	-47.524	-47.862
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	46,1%	46,3%	47,3%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-34,6%	-33,4%	-33,2%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-26,1%	-24,8%	-24,6%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	11,4%	12,9%	14,1%

A dívida líquida interna do Tesouro Nacional, em março, superou em R\$ 23,7 bilhões o saldo do mês anterior.

As emissões de títulos da DPMFi totalizaram R\$ 38,1 bilhões em março, sendo compostas por ofertas públicas, emissões diretas e operações do Programa Tesouro Direto. O montante resgatado foi de R\$ 27,3 bilhões, o que levou a uma emissão líquida da ordem de R\$ 10,8 bilhões.

Emissões e Resgates

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 37,9 bilhões, sendo: i) R\$ 24,4 bilhões em LFT, com vencimentos em março de 2007 e 2008 e dezembro de 2008; ii) R\$ 12,5 bilhões em LTN, com vencimentos em abril de 2006 e janeiro de 2007; iii) R\$ 421,1 milhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2008 e janeiro de 2010; iv) R\$ 319,4 milhões em NTN-B, com vencimentos em agosto de 2006, maio de 2009, 2015 e 2045 e

O Tesouro Nacional realizou, em março, emissão líquida de títulos no valor de R\$ 10,8 bilhões.

agosto de 2024; e v) R\$ 225,8 milhões em NTN-C, com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031.

Já os títulos da DPMFi lançados por meio de emissões diretas totalizaram R\$ 124,3 milhões, sendo as principais: i) R\$ 71,1 milhões em NTN-B para permuta de títulos; ii) R\$ 35,2 milhões em CFT-E1 para o Fies; e iii) R\$ 15,1 milhões em NTN-I para o Proex, relativo a restos a pagar de 2004.

As emissões líquidas de títulos prefixados, LTN e NTN-F, totalizaram R\$ 8,9 bilhões e os papéis remunerados pela taxa Selic, LFT, totalizaram R\$ 3,1 bilhões.

TABELA 6
EMISSIONES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, MAR/2005

R\$ milhões

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSIONES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSIONES	37.882,4	124,3	52,4	38.059,1
LFT	24.414,8	0,0	14,2	24.429,0
LTN	12.501,3	0,0	29,6	12.531,0
NTN-B	319,4	71,1	1,9	392,4
NTN-C	225,8	0,0	5,3	231,1
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	421,1	0,0	1,4	422,5
TDA	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitizada*	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais	0,0	53,2	0,0	53,2
II. RESGATES**	23.832,6	3.417,1	14,4	27.264,1
LFT	18.950,6	2.402,4	1,9	21.355,0
LTN	4.006,4	20,3	3,0	4.029,7
NTN-B	441,5	33,9	1,0	476,4
NTN-C	233,4	28,6	7,9	269,9
NTN-D	200,6	37,8	0,0	238,5
NTN-F	0,0	0,0	0,7	0,7
TDA	0,0	29,2	0,0	29,2
Securitizada*	0,0	346,7	0,0	346,7
Demais	0,0	518,0	0,0	518,0
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	14.049,7	-3.292,7	38,1	10.795,0

* Inclui dívida agrícola.

** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

Boxe 1 – Tesouro Direto

Em março de 2005, a venda de títulos públicos do Tesouro Nacional por meio do Programa Tesouro Direto atingiu o montante de R\$ 52,4 milhões. No primeiro trimestre do ano houve aumento de 95,8% das vendas com relação ao mesmo período de 2004. O número de investidores cadastrados apresentou aumento de 4,3%, alcançando 37.331 pessoas.

Em relação à composição das vendas, os títulos mais demandados pelos investidores foram as LTN, representando 56,5% do montante vendido, seguidas pelas LFT (27,1%).

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 52,4 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 29,6 milhões em LTN com vencimentos em outubro de 2005, janeiro, abril e julho de 2006 e janeiro de 2007; ii) R\$ 14,2 milhões em LFT com vencimentos em janeiro de 2006 e 2007 e junho de 2008; iii) R\$ 5,3 milhões em NTN-C com vencimentos em março de 2011, julho de 2017, abril de 2021, e janeiro de 2031; iv) R\$ 1,9 milhão em NTN-B com vencimentos em agosto de 2006 e 2024 e maio de 2009, 2015 e 2045; e v) R\$ 1,4 milhão em NTN-F com vencimentos em janeiro de 2008.

O montante de títulos públicos resgatados em março foi de R\$ 27,3 bilhões, sendo R\$ 20,6 bilhões em pagamentos de principal e juros e R\$ 6,7 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 6,3 bilhões em LFT, aceitas nos leilões de troca por LFT de prazos mais longos; ii) R\$ 109,7 milhões em LFT e R\$ 18,3 milhões em NTN-C, ambas aceitas no leilão de troca por NTN-C; e iii) R\$ 83,3 milhões em LFT e R\$ 83,1 milhões em NTN-B ambas aceitas no leilão de NTN-B.

Boxe 2 – Títulos Indexados a Índices de Preços

Visando fortalecer o mercado de títulos públicos remunerados a índices de preços, o Tesouro Nacional realizou, no mês de março, leilões de NTN-B e NTN-C, remuneradas pelo IPCA e pelo IGP-M, respectivamente.

O leilão de NTN-B ocorreu nos dias 11 e 14 de março, com liquidação financeira em 15 de março. O montante vendido foi de R\$ 262,7 milhões, sendo que R\$ 161,3 milhões (61,4%) foram recebidos em troca por outros títulos e R\$ 101,4 milhões (38,6%) em dinheiro. Os títulos com vencimento em 2024 foram os que apresentaram maior participação, representando 31,7% do total vendido.

Os títulos com vencimento em 2006, 2009 e 2015 foram vendidos à taxa de 10,85% a.a., 9,39% a.a. e 8,95%, respectivamente. Os títulos com vencimentos em 2024 foram vendidos às taxas de 8,95% a.a. e em 2045 à taxa de 9,10% a.a..

No que se refere às NTN-C, o montante negociado foi de R\$ 225,7 milhões nos leilões realizados nos dias 25 e 28 de fevereiro, com liquidação financeira para o dia 1º de março de 2005. Desse montante, R\$ 126,1 milhões corresponderam à parcela recebida em títulos (55,9%), e R\$ 99,6 milhões, à parcela recebida em dinheiro (44,1%).

Os títulos com vencimento em 2031 representaram 51,8% do total vendido, saindo à taxa de 8,34% a.a., a mesma observada para as NTN-C com vencimento em 2017. Já para os títulos com vencimento em 2021, a taxa de venda foi de 8,35%.

Conforme o cronograma de março, realizou-se leilão de NTN-C, nos dias 30 e 31 de março, com liquidação financeira em 1º de abril de 2005. O montante total negociado foi de R\$ 357,0 milhões, sendo que 80,6% corresponderam à parcela recebida em títulos (R\$ 287,8 milhões), e os 19,4% restantes à venda em dinheiro (R\$ 69,2 milhões).

Os vencimentos ofertados foram 2017, 2021 e 2031, sendo que a taxa de venda foi de 8,34 a.a.% para 2017 e 8,35% a.a. para os títulos com vencimento em 2021 e 2031. Ressalta-se que a NTN-C com vencimento em 2031 foi novamente a mais demandada, representando 75,2 % do total negociado.

Relativamente à composição da DPMFi, verificou-se aumento na participação de títulos prefixados em 1,02 ponto percentual devido à emissão líquida desses títulos (LTN e NTN-F) no valor de R\$ 8,9 bilhões. Por outro lado, a participação dos títulos indexados à taxa Selic diminuiu 0,60 ponto percentual, aproximadamente o dobro da diminuição da participação daqueles remunerados por índices de preços.

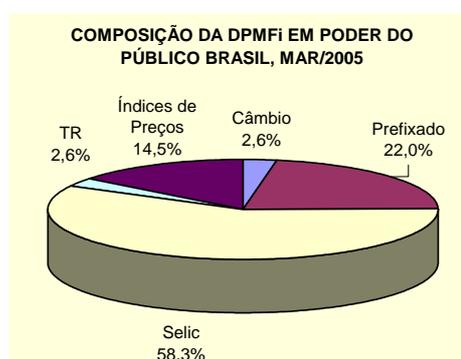
Composição

Os títulos prefixados tiveram sua participação na DPMFi aumentada em 1,02 ponto percentual, enquanto que os papéis remunerados pela taxa Selic e índices de preços reduziram-se em 0,60 e 0,30 ponto percentual, respectivamente.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE* BRASIL, 2004/2005 (%)

INDEXADOR	2004		2005
	MAR	FEV	MAR
Selic	61,95	58,91	58,31
Câmbio	5,71	2,68	2,64
Prefixados	16,11	20,93	21,95
Índices de Preços	14,46	14,84	14,54
TR	1,76	2,64	2,56

* Não inclui dívida agrícola.



Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público em março foi de 19,37% a.a., frente a 16,51% a.a. observado em fevereiro. Esse aumento decorreu dos seguintes fatores: i) depreciação do câmbio (2,74% em março, contra uma apreciação de 1,14% em fevereiro); ii) aumento da taxa Selic (acumulando 1,53% em março, contra 1,22% em fevereiro); e iii) aumento da taxa de inflação medida pelo IGP-M (0,85% em março, contra 0,30% em fevereiro). Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 17,34% a.a., em fevereiro, para 18,71% a.a., em março.

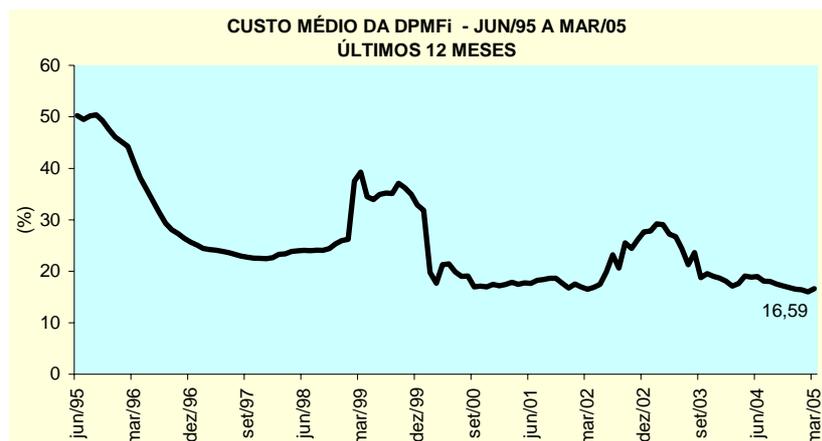
TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2000/2005 (% anual)

PERÍODO	TOTAL		
	(1)	(2)	
2000	17,45	17,64	
2001	17,00	16,79	
2002	21,00	27,62	
2003	22,91	18,41	
2004	Mar	17,36	16,64
	Abr	17,61	18,61
	Mai	17,13	21,97
	Jun	17,43	16,60
	Jul	17,57	15,04
	Ago	17,24	14,55
	Set	16,22	13,96
	Out	15,29	14,90
	Nov	17,49	14,16
	Dez	17,37	15,54
2004	17,17	16,39	
2005	Jan	16,93	16,05
	Fev	17,34	16,51
	Mar	18,71	19,37

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio anualizado da DPMFi em poder do público foi de 19,37% em março.

O custo médio da DPMFi, acumulado nos últimos 12 meses, apresentou aumento, passando de 16,01% a.a., em fevereiro, para 16,59% a.a., em março. Este acréscimo deveu-se à maior variação da taxa Selic em março de 2005 (1,53%), em comparação com março de 2004 (1,38%), bem como do IPCA (0,61%, em março de 2005, contra 0,47%, em março de 2004).



O custo médio da DPMFi acumulado nos últimos 12 meses atingiu 16,59% em março.

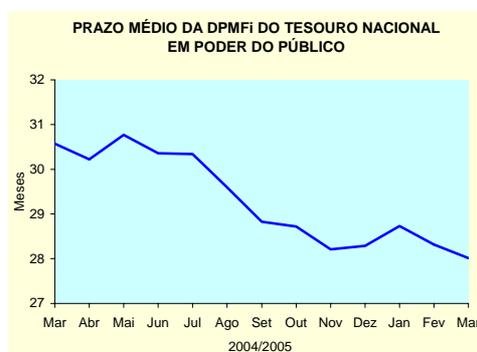
Em março, o prazo médio das LFT apresentou aumento de 0,40 mês, devido à emissão deste título com prazo de 32,08 meses, superior ao seu prazo médio de estoque em fevereiro (18,06 meses). Destaca-se ainda a emissão de LTN com prazo de 14,33 meses, também superior ao seu prazo médio de estoque em fevereiro (5,35 meses). O prazo médio da DPMFi em poder do público apresentou redução de 0,31 mês (28,01 meses, em março, contra 28,32 meses, em fevereiro), devido a aproximação das datas de vencimentos dos títulos em circulação.

Prazo Médio

TABELA 9
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

PERÍODO		TOTAL	OF. PUB. (1)	
2004	Mar	30,57	23,37	
	Abr	30,22	22,69	
	Mai	30,77	23,57	
	Jun	30,36	23,24	
	Jul	30,34	23,23	
	Ago	29,60	22,42	
	Set	28,83	21,60	
	Out	28,72	21,65	
	Nov	28,21	21,18	
	Dez	28,29	20,69	
	2005	Jan	28,73	21,41
		Fev	28,32	21,26
Mar		28,01	21,10	

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



**PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL
EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005**

TÍTULOS	Meses		
	2004 MAR	2005 FEV	2005 MAR
LTN	7,27	5,62	5,35
LFT	21,07	18,06	18,46
NTN-B	111,07	105,23	105,13
NTN-C	69,19	68,15	67,32
NTN-D	13,32	19,49	19,19
TDA	60,75	65,80	65,15
Dívida Securitizada*	60,77	78,13	78,05
Demais	104,11	92,97	92,27
TOTAL	30,57	28,32	28,01

(*) Inclui dívida agrícola.

Dívida Externa Líquida

A dívida externa líquida expressa em reais aumentou R\$ 6,7 bilhões, em virtude da depreciação cambial e da emissão do Global 2015 (USD 1,0 bilhão).

O estoque da dívida externa líquida, em moeda nacional, aumentou 3,4% no mês de março de 2005, em decorrência da emissão soberana do *Global 2015* (USD 1,0 bilhão) e da depreciação do real frente ao dólar (2,74%). No que tange ao estoque da dívida em moeda norte-americana, o acréscimo foi de 0,69%.

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004 MAR	2005 FEV	2005 MAR
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	176.587	160.961	167.228
Bônus de Renegociação	47.592	37.500	38.487
Bônus de Captação	128.995	123.461	128.741
II. DÍVIDA CONTRATUAL	52.150	41.499	42.038
Organismos Multilaterais	28.595	23.997	24.238
Bancos Privados/Ag. Governamentais	9.315	8.193	8.398
Clube de Paris	14.240	9.309	9.403
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	228.737	202.459	209.266
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.912	-3.697	-3.779
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-347	-461	-443
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	224.477	198.301	205.044
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	14,1%	11,0%	11,2%

Em março, o serviço da DPFe totalizou R\$ 1,2 bilhão, dos quais R\$ 708,8 milhões referem-se ao pagamento de juros e encargos e R\$ 442,1 milhões ao pagamento de principal. Do total despendido no mês, a maior parte (R\$ 570,8 milhões) referiu-se ao pagamento de juros e encargos da dívida mobiliária.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, MAR/2005

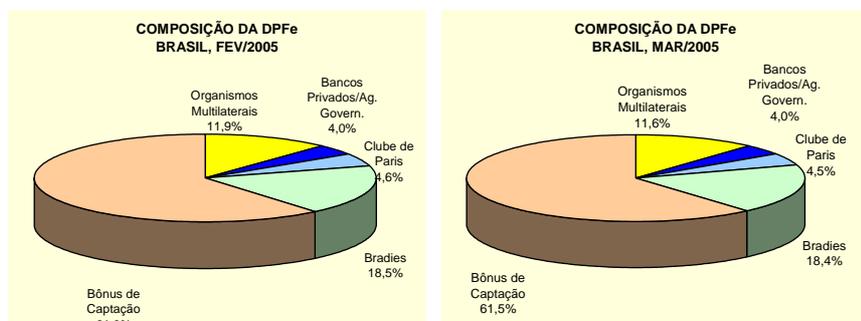
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	442,1	708,8	1.150,8
I.1. Organismos Multilaterais	254,3	96,3	350,6
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	145,9	29,2	175,2
I.3. Clube de Paris	0,0	12,4	12,4
I.4. Dívida Mobiliária	41,8	570,8	612,6
BIB	41,8	22,7	64,6
Bônus (taxa de rating)	0,0	0,1	0,1
GLOBAL 2008A	0,0	195,6	195,6
GLOBAL 2009A	0,0	42,7	42,7
GLOBAL 2015	0,0	12,4	12,4
GLOBAL 2030	0,0	259,1	259,1
SAMURAI	0,0	38,1	38,1

(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 1,2 bilhão no mês.

Em relação à composição da DPFe, destaca-se o aumento da participação dos Bônus de Captação em 0,54 ponto percentual, decorrente da emissão do *Global 2015*, anteriormente citada.

Composição



A emissão do *Global 2015* resultou em aumento da participação dos títulos de captação no conjunto da DPFe.

O prazo médio da dívida mobiliária externa apresentou pequeno decréscimo em relação a fevereiro, passando de 5,87 anos para 5,71 anos. A variação decorreu principalmente da aproximação das datas de vencimento dos títulos em circulação. O custo médio, em dólares, no mês de março também sofreu pequena redução em relação ao mês anterior, passando de 9,06% a.a. para 9,04% a.a..

Prazo e Custo Médios

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	2004		2005	
	MAR	FEV	MAR	FEV
PRAZO MÉDIO (ANOS)	5,94	5,87	5,71	5,87
Bônus de Renegociação	5,42	5,35	5,28	5,35
Bônus de Captação	6,12	6,02	5,84	6,02
Globais	6,98	7,06	6,80	7,06
Euros	3,29	3,17	3,08	3,17
Demais	2,71	1,93	1,85	1,93
CUSTO MÉDIO (% a.a.) *	8,94	9,06	9,04	9,06
Bônus de Renegociação	4,86	5,47	5,47	5,47
Bônus de Captação	10,44	10,15	10,11	10,15
Globais	10,79	10,53	10,46	10,53
Euros	10,28	9,76	9,76	9,76
Demais	6,02	6,08	6,08	6,08

* Custo Médio em dólares.

Em março, o prazo e o custo médio da dívida pública mobiliária externa foram de 5,71 anos e 9,04% a.a., respectivamente.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Tabela A9 – Custeio por Órgão até Março 2004/2005

Tabela A10 – Investimento por Órgão até Março 2004/2005

d) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAES – Parcelamento Especial (Refis II)
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Mar/2004	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2005
I. RECEITA TOTAL	33.132,2	35.055,0	33.120,8	33.621,4	35.130,5	33.812,2	34.807,5	36.281,2	34.076,2	48.154,4	41.415,3	35.225,1	38.121,9
I.1. Receitas do Tesouro	25.889,5	27.765,5	25.757,9	25.622,7	27.527,5	26.134,9	27.246,3	28.410,2	26.258,7	34.703,0	33.303,1	27.699,7	29.718,9
I.1.1 Receita Bruta	26.641,9	28.448,6	26.628,2	28.026,6	29.433,9	27.675,9	28.226,2	30.355,4	27.428,5	35.274,6	33.667,1	28.136,7	30.449,6
- Impostos	11.241,0	12.559,4	10.134,3	11.116,4	12.033,3	10.961,8	11.620,0	11.953,6	10.300,5	15.837,6	13.664,9	10.986,8	13.128,7
- Contribuições	12.228,4	12.549,2	13.339,6	14.196,6	13.554,7	13.608,9	13.934,3	14.173,2	13.363,2	15.028,6	15.897,5	13.638,2	14.077,8
- Demais	3.172,4	3.339,9	3.154,3	2.713,6	3.845,9	3.105,2	2.671,8	4.228,6	3.764,8	4.408,5	4.104,7	3.511,8	3.243,1
I.1.2. (-) Restituições	-752,4	-683,1	-870,3	-2.403,9	-1.906,4	-1.541,0	-979,9	-1.945,2	-1.169,8	-571,6	-364,0	-437,0	-730,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	7.138,2	7.198,2	7.275,8	7.899,9	7.509,3	7.583,4	7.439,5	7.758,7	7.680,8	13.318,7	8.047,0	7.371,0	8.236,1
I.3. Receitas do Banco Central	104,5	91,2	87,0	98,7	93,7	94,0	121,7	112,2	136,8	132,7	65,2	154,4	166,9
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.930,8	5.430,1	6.602,3	4.210,9	5.316,6	6.033,5	5.063,6	5.704,0	6.220,5	6.342,8	7.396,1	6.699,0	6.209,7
II.1. Transferências Constitucionais (PI, IR e outras)	3.938,9	4.357,9	5.041,6	3.331,5	3.470,2	4.467,5	3.887,3	4.156,0	4.141,5	5.069,4	5.685,6	4.972,1	4.775,9
II.2. Lei Complementar 87/ Fundo de Compensação de Exportações (1)	283,3	283,3	283,3	283,3	808,3	358,3	358,3	358,3	358,3	354,1	358,3	361,5	359,3
II.3. Transferências da Cide	0,0	404,2	1,1	8,7	254,8	2,6	3,2	434,5	0,0	0,0	465,5	0,0	0,0
II.4. Demais	708,6	384,8	1.276,2	587,3	783,2	1.205,1	814,7	755,1	1.720,6	919,3	886,7	1.365,4	1.074,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	28.201,4	29.624,8	26.518,5	29.410,5	29.813,9	27.778,7	29.743,9	30.577,2	27.855,7	41.811,6	34.019,2	28.526,1	31.912,2
IV. DESPESA TOTAL	22.048,4	22.500,9	22.788,0	23.765,5	26.224,7	24.357,9	25.127,2	25.877,7	26.135,2	44.567,6	25.853,2	25.953,3	24.613,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	6.625,1	6.076,9	6.322,1	6.888,8	7.913,6	6.576,0	7.067,8	7.119,6	8.106,9	11.008,8	8.171,3	7.372,1	6.497,7
IV.2. Benefícios Previdenciários	8.628,4	9.286,5	9.418,9	9.940,1	9.920,1	10.154,0	10.077,7	10.314,1	10.141,8	19.922,2	10.497,6	11.169,3	10.573,3
IV.3. Custeio e Capital	6.644,6	6.992,9	6.888,2	6.759,9	8.231,9	7.459,1	7.791,1	8.248,0	7.669,3	13.291,9	7.093,1	7.190,8	7.303,1
IV.3.1. Despesa do FAT	660,0	598,0	809,1	648,3	1.193,6	1.007,4	1.057,3	979,7	608,7	1.098,3	615,1	500,8	858,4
- Abono e Seguro Desemprego	620,3	569,6	780,6	621,4	1.159,3	962,0	1.015,5	946,1	579,3	1.022,5	611,5	477,1	830,1
- Demais Despesas do FAT	39,6	28,4	28,5	26,9	34,3	45,3	41,8	33,5	29,4	75,7	3,6	23,7	28,3
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	436,5	204,6	313,6	21,7	378,9	518,3	327,4	324,8	452,7	2.068,4	307,4	1.162,2	932,3
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (3)	531,0	592,5	601,8	652,8	660,0	667,8	673,4	679,8	686,5	661,9	617,5	692,1	702,6
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.017,2	5.597,8	5.163,7	5.437,1	5.999,4	5.265,6	5.733,1	6.263,7	5.921,4	9.463,3	5.553,0	4.835,7	4.809,9
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	49,6	48,1	45,8	50,9	47,3	45,4	58,9	63,7	54,6	72,7	8,6	105,6	51,0
IV.5. Despesas do Banco Central	100,6	96,4	113,1	125,7	111,8	123,5	131,7	132,3	162,6	271,9	82,5	115,5	188,6
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	6.153,0	7.124,0	3.730,4	5.645,1	3.589,2	3.420,8	4.616,7	4.699,5	1.720,5	-2.756,0	8.166,0	2.572,8	7.298,6
V.1. Tesouro Nacional	7.639,3	9.217,4	5.899,6	7.712,2	6.018,1	6.020,9	7.264,8	7.275,0	4.207,4	3.986,8	10.634,0	6.332,2	9.657,4
V.2. Previdência Social (RGPS) (4)	-1.490,2	-2.088,3	-2.143,1	-2.040,2	-2.410,8	-2.570,6	-2.638,1	-2.555,3	-2.461,1	-6.603,5	-2.450,6	-3.798,3	-2.337,1
V.3. Banco Central (5)	3,9	-5,2	-26,1	-27,0	-18,1	-29,5	-10,0	-20,1	-25,8	-139,3	-17,3	38,9	-21,7
VI. AJUSTE METODOLÓGICO (6)	354,4	464,0	395,4	307,3	365,5	228,0	285,3	0,0	0,0	0,0	128,6	167,4	200,0
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-545,5	-26,7	566,3	-598,3	92,5	117,4	-799,0	815,6	756,4	-353,5	212,3	-612,9	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (7)	5.961,9	7.561,3	4.692,2	5.354,0	4.047,2	3.766,2	4.103,0	5.515,1	2.476,9	-3.109,5	8.507,0	2.127,3	nd
IX. JUROS NOMINAIS (7)	-5.759,4	-6.874,3	-9.548,8	-5.023,5	-4.775,3	-5.818,6	-4.160,4	-8.657,4	-5.153,0	-5.535,7	-9.357,9	-7.851,2	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (7)	202,5	687,0	-4.856,6	330,5	-728,1	-2.052,4	-57,4	-3.142,3	-2.676,1	-8.645,2	-850,9	-5.724,0	nd
Memo:													
RMV em R\$ mi	142,0	142,0	140,2	151,1	146,1	149,9	148,6	147,3	145,9	86,4	143,6	140,9	143,0

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) A partir de janeiro de 2004 as transferências a estados e municípios associadas à Lei Complementar 87/1996 passaram a ser denominadas Fundo de Compensação das Exportações.

(2) Inclui, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(4) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários.

(5) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(6) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(7) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Mar/2004	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2005
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	34.365,2	35.478,1	36.923,5	33.549,2	34.435,2	36.810,4	35.683,2	35.171,2	38.351,0	54.023,2	33.265,6	38.031,4	40.224,3
I.1 - Recolhimento Bruto	24.941,2	25.378,3	27.451,9	23.259,5	24.675,7	27.259,0	26.093,7	24.791,7	28.640,0	37.104,5	22.199,2	28.163,5	29.485,2
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.340,3	1.959,6	1.144,7	1.148,5	1.185,9	1.061,6	1.119,4	1.502,6	1.038,9	1.969,7	1.550,7	1.262,8	1.543,5
I.4 - Receita das Operações de Crédito	237,5	242,9	264,2	166,6	243,4	90,8	103,5	121,8	114,1	385,2	249,7	162,3	170,0
I.5 - Receita do Salário Educação	184,5	176,7	168,2	179,7	181,8	191,8	172,4	189,0	196,5	357,4	171,3	385,2	232,6
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	7.659,4	7.717,8	7.891,8	8.792,0	8.137,1	8.197,4	8.192,3	8.558,0	8.329,5	14.194,6	9.077,6	8.057,4	8.793,0
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	2,3	2,9	2,6	2,9	11,3	9,8	1,9	8,0	32,0	11,8	17,0	0,0	0,0
II. DESPESAS	33.864,9	28.561,7	35.197,4	29.854,3	34.151,0	34.953,0	35.634,9	36.897,3	44.256,0	43.653,7	35.900,0	38.739,1	33.030,2
II.1 - Liberações Vinculadas	5.883,3	6.763,1	6.742,2	5.478,7	6.626,9	7.555,8	6.153,1	7.072,5	7.354,3	7.239,3	8.897,6	8.671,2	7.081,8
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	4.197,3	4.642,6	5.373,2	3.546,7	3.694,0	4.758,7	4.139,5	4.425,9	4.410,5	5.401,4	6.058,9	5.298,9	5.089,3
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	308,5	695,3	913,7	325,9	627,3	998,2	380,3	932,0	1.242,6	501,2	808,2	1.149,7	373,4
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	283,3	283,3	283,3	283,3	808,3	358,3	358,3	358,3	358,3	354,1	396,1	361,5	359,3
II.1.4 - Outras Vinculações	1.094,1	1.141,9	172,0	1.322,7	1.497,3	1.440,7	1.275,0	1.356,3	1.342,9	982,6	1.634,3	1.861,0	1.259,8
II.2 - Liberações Ordinárias	27.981,6	21.798,7	28.455,2	24.375,7	27.524,0	27.397,1	29.481,8	29.824,8	36.901,6	36.414,3	27.002,4	30.067,9	25.948,4
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.312,5	6.205,5	6.661,1	7.946,1	6.482,3	6.938,0	7.121,8	6.931,3	10.240,1	9.342,6	8.540,0	7.215,4	6.293,8
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	269,1	146,3	381,1	409,7	2.279,0	1.168,4	1.018,5	3.498,5	1.859,1	1.138,0	1.664,7	1.665,0	718,9
i) Dívida Contratual Interna	115,8	129,1	101,7	109,4	111,3	108,0	109,4	229,0	90,6	424,1	102,7	114,2	1,8
ii) Dívida Contratual Externa	153,3	17,2	279,4	300,2	2.167,7	1.060,4	909,1	3.269,5	1.768,5	714,0	1.562,0	1.550,8	717,1
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	3.434,3	617,3	6.076,8	239,6	2.328,3	3.209,4	2.513,9	3.769,4	4.307,9	1.320,6	2.705,0	4.096,4	2.404,7
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	12.167,8	8.184,0	9.600,1	9.674,4	9.503,1	9.796,6	9.997,3	9.930,1	13.775,2	15.762,4	10.359,5	10.862,7	10.014,8
II.2.5 - Custeio e Investimento	5.580,4	6.486,7	5.531,4	5.878,8	6.500,8	5.862,1	8.531,8	5.341,0	5.610,1	8.142,4	3.615,0	5.706,6	6.334,6
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	217,6	158,9	204,6	227,1	430,5	422,5	298,6	354,5	1.109,2	708,2	118,3	521,8	181,7
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	500,3	6.916,4	1.726,1	3.694,9	284,3	1.857,4	48,3	-1.726,2	-5.904,9	10.369,5	-2.634,5	-707,7	7.194,1
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	19.240,8	24.014,6	8.483,0	23.869,0	30.017,8	19.299,8	23.279,7	3.801,9	33.070,1	33.698,5	74.553,6	31.202,4	34.770,2
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	18.381,9	21.604,6	7.342,8	23.065,4	28.433,9	18.156,8	22.511,2	2.879,8	31.238,4	32.267,7	73.292,8	29.956,2	33.993,5
IV.2 - Outras Operações de Crédito	858,9	2.410,0	1.140,1	803,6	1.583,8	1.143,0	768,5	922,1	1.831,7	1.430,7	1.260,8	1.246,2	776,6
V. DESPESAS	25.347,6	3.856,8	34.332,8	20.161,4	29.375,9	18.959,5	15.495,1	36.764,6	28.017,8	21.253,6	37.336,1	22.331,2	17.403,3
V.1 - Amortização da Dívida Interna	24.969,7	2.956,7	33.879,2	16.658,9	27.213,4	18.010,9	13.380,6	32.328,6	25.183,8	20.456,9	35.771,7	22.139,6	16.996,1
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	24.861,6	2.821,5	33.781,9	16.541,1	27.126,6	17.918,1	13.285,5	31.978,5	25.100,7	20.099,8	35.680,0	22.038,9	16.988,4
V.1.2 - Dívida Contratual	108,1	135,2	97,3	117,9	86,8	92,7	95,1	350,1	83,1	357,1	91,7	100,7	7,7
V.2 - Amortização da Dívida Externa	377,9	900,2	453,6	3.502,4	2.162,5	948,7	2.114,5	4.436,0	2.834,0	796,7	1.564,4	191,6	407,2
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	-6.479,7	18.783,1	-26.439,1	6.524,3	1.307,3	238,7	9.225,7	-29.098,7	6.137,7	12.167,9	37.612,8	7.917,3	17.005,1
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-17.540,6	12.012,7	5.058,0	6.394,9	-2.478,1	-19,6	450,4	675,0	-1.741,6	560,8	-1.018,6	-649,4	3.908,8
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-23.147,2	39.086,8	-19.065,8	13.797,4	-1.552,0	2.178,1	8.283,3	-34.013,9	-2.594,2	23.375,3	33.564,5	7.514,0	28.469,8

(*) Critério Liberação. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Mar/2004	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2005
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	16.059,6	20.072,7	20.108,0	7.209,2	28.826,9	5.645,4	10.750,4	28.569,3	13.770,4	4.570,3	38.081,4	4.430,6	17.308,8
I.1. Emissão de Títulos	14.832,1	18.260,7	15.695,3	6.324,7	27.832,0	4.267,7	7.403,3	27.034,7	12.775,3	3.399,6	35.965,9	3.499,7	13.602,9
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.103,8	1.623,0	3.987,4	736,4	890,6	1.233,4	766,4	1.364,0	880,3	1.116,5	1.984,3	895,3	3.627,0
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	123,7	189,0	425,3	148,1	104,2	144,2	84,8	170,7	114,8	54,2	131,2	35,6	78,9
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2.495,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	33.600,2	8.060,0	15.050,0	814,3	31.305,0	5.665,0	10.300,0	27.894,3	15.511,9	4.009,5	39.100,0	5.080,1	13.400,0
II.1. Resgate de Títulos	30.208,5	7.600,0	12.800,0	0,1	27.620,0	4.215,0	8.885,8	25.093,9	13.350,0	2.789,5	36.150,0	3.523,9	11.800,0
II.2. Encargos da DPMF	3.391,7	460,0	2.250,0	814,2	3.685,0	1.450,0	1.414,2	2.800,4	2.161,9	1.220,0	2.950,0	1.556,1	1.600,0
III. RESULTADO (I - II)	-17.540,6	12.012,7	5.058,0	6.394,9	-2.478,1	-19,6	450,4	675,0	-1.741,6	560,8	-1.018,6	-649,4	3.908,8

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO (*)

R\$ milhões

	Mar/2004	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2005
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	6,6	11,5	6,3	9,4	9,9	7,6	6,7	11,2	10,3	8,1	1,3	32,1	19,4
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	1,9	0,0	0,0	0,0	16,2	133,1	0,0	0,0	0,7	21,7	0,0	26,3	0,8
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	157,1	-94,4	-51,1	-105,4	17,2	7,1	7,8	13,5	115,1	156,9	80,0	101,0	132,1
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,3	0,3	0,0	0,0	0,2	0,0	0,3	0,2	1,2	0,1	0,0	0,4	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	156,9	-94,7	-51,1	-98,6	16,9	7,1	7,3	13,3	112,7	146,6	78,0	90,3	122,1
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	0,0	0,0	0,0	-6,8	0,0	0,0	0,2	0,0	1,2	10,2	2,0	10,3	10,0
IV. PRONAF	46,9	89,5	57,5	83,2	119,0	94,1	53,0	30,6	89,5	280,3	52,8	71,8	18,1
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	20,0	21,2	19,3	21,0	78,9	73,2	20,9	25,9	28,7	254,5	6,8	38,4	18,6
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	26,9	68,3	38,2	62,2	40,1	20,9	32,1	4,7	60,8	25,8	46,0	33,4	-0,4
V. PROEX	70,0	-4,6	11,4	33,9	73,9	100,5	132,8	36,2	45,1	132,6	3,3	225,0	31,6
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	49,2	8,6	58,0	13,4	73,7	27,2	54,4	15,4	13,1	160,4	0,0	187,5	16,9
V.2. Concessão de Financiamento (1)	20,7	-13,2	-46,7	20,4	0,2	73,3	78,4	20,8	32,0	-27,9	3,3	37,5	14,7
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	0,0	36,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	99,4	0,0	0,0	0,0
VII. CACAU	0,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	35,2	54,7	63,1	10,2	53,2	61,9	10,4	0,0	0,0	0,0	0,0	3,9	17,2
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	129,2	3,5	1.109,1	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)	-0,4	38,4	-9,4	7,6	14,1	0,6	9,8	57,1	62,4	68,5	7,4	9,5	3,1
XI. TOTAL	317,3	95,0	78,4	75,1	303,4	405,0	221,1	277,9	326,6	1.876,6	144,9	469,6	222,3

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Mar/2004	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2005
I. DÍVIDA INTERNA	182.192,3	186.629,6	162.566,5	165.495,9	160.393,4	164.750,3	171.829,5	174.468,8	182.552,7	210.307,6	213.064,0	233.356,5	257.077,6
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	734.065,4	744.454,4	724.948,3	736.414,8	739.003,6	745.544,0	757.366,3	764.214,2	773.745,4	799.217,5	815.449,1	835.428,5	862.116,1
Dívida Bancária	25.541,6	25.510,7	25.494,5	25.470,7	25.465,9	25.442,0	25.415,9	25.402,9	25.370,6	25.090,2	25.069,9	25.046,7	24.997,9
INSS	-15.637,9	-15.783,3	-15.964,9	-16.197,9	-16.406,9	-16.593,9	-16.811,3	-16.892,0	-16.981,5	-17.120,8	-17.209,8	-17.266,6	-17.335,7
Lei 7.976/89	-9.609,4	-9.422,8	-9.698,8	-9.339,8	-9.094,7	-8.819,6	-8.570,7	-8.565,3	-8.191,1	-7.731,7	-7.547,2	-7.438,6	-7.589,4
Bônus Renegociação	-19.660,9	-18.850,3	-20.034,3	-19.667,6	-19.107,9	-18.595,0	-18.126,7	-17.650,3	-16.887,6	-16.223,1	-15.981,5	-15.777,1	-16.144,4
Lei 8.727/93	-47.684,4	-47.700,2	-47.765,6	-47.823,3	-47.911,6	-47.959,0	-48.014,4	-48.040,4	-48.041,9	-48.043,8	-48.064,9	-48.070,3	-48.000,8
Lei 9.496/97	-218.539,4	-220.618,8	-223.561,6	-227.213,1	-230.668,9	-233.701,8	-237.054,4	-237.968,3	-239.836,1	-242.218,8	-242.599,7	-243.887,9	-245.134,6
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-31.882,5	-32.250,8	-32.698,2	-33.249,1	-33.833,8	-34.364,1	-34.893,8	-35.245,0	-35.496,7	-36.180,0	-36.336,7	-36.533,4	-36.779,7
Recebíveis das Estatais	-34.171,6	-35.361,9	-35.901,4	-36.169,0	-35.738,4	-36.256,1	-37.308,8	-37.036,3	-37.014,0	-37.213,7	-37.632,4	-37.739,7	-38.396,6
Outros	-44.332,6	-44.416,6	-44.470,7	-44.754,6	-45.064,2	-44.924,6	-44.431,4	-44.500,7	-44.659,1	-45.458,2	-45.587,2	-45.177,9	-45.321,8
Fat	-94.308,0	-95.323,0	-96.514,9	-98.802,7	-100.786,7	-100.745,0	-101.214,5	-101.963,6	-103.146,3	-102.752,3	-105.572,6	-107.193,4	-107.899,4
Demais Entidades	-41.873,3	-42.201,9	-42.870,8	-43.553,9	-44.165,5	-44.657,8	-45.108,4	-45.778,9	-46.300,3	-47.167,1	-46.937,6	-47.524,0	-47.862,4
Créditos das Operações Oficiais	-13.531,8	-13.649,3	-13.928,3	-13.893,6	-13.721,5	-13.561,0	-13.852,6	-13.215,4	-13.920,6	-13.714,6	-13.462,4	-13.454,6	-13.703,8
Arrecadação a Recolher	-6.182,9	-7.756,6	-4.466,8	-5.725,0	-7.576,0	-6.057,8	-5.565,6	-8.292,0	-6.088,0	-176,0	-10.523,0	-7.055,0	-5.867,9
II. DÍVIDA EXTERNA	224.477,3	214.290,0	228.178,2	227.088,0	221.758,7	215.267,3	211.810,1	212.831,4	205.425,4	199.892,3	195.128,6	198.301,3	205.143,0
Dívida Mobiliária	176.587,1	166.315,0	177.248,8	178.382,5	175.445,7	170.452,2	168.306,0	169.098,2	162.942,2	160.369,3	157.408,0	160.960,6	167.327,2
Títulos Depositados em Garantias	-3.912,3	-3.673,0	-3.920,1	-3.935,2	-3.893,3	-3.960,4	-3.856,1	-3.933,9	-3.655,5	-3.674,2	-3.797,9	-3.697,2	-3.778,8
Dívida Contratual	52.149,8	52.028,2	55.256,8	53.030,5	50.563,0	49.150,1	47.822,4	48.125,6	46.554,7	43.574,2	41.960,5	41.498,8	42.038,0
Disponibilidades	-347,2	-380,2	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	406.669,6	400.919,6	390.744,7	392.583,9	382.152,1	380.017,6	383.639,6	387.300,1	387.978,1	410.199,9	408.192,6	431.657,8	462.220,6
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	25,5%	25,0%	24,1%	23,9%	22,9%	22,5%	22,5%	22,5%	22,2%	23,2%	22,8%	23,9%	25,4%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Mar/2004	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2005
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	176.587,1	166.315,0	177.248,8	178.382,5	175.445,7	170.452,2	168.306,0	169.098,2	162.942,2	160.369,3	157.408,0	160.960,6	167.228,2
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	47.591,6	45.444,3	48.290,0	47.956,7	46.606,5	45.174,5	43.972,3	41.278,6	39.460,7	38.358,1	37.930,3	37.499,7	38.487,3
Brazil Investment Bond (BIB)	855,7	866,3	920,6	914,2	890,5	863,1	796,8	796,2	761,1	739,8	731,6	723,3	701,8
Par Bond (PB)	4.476,9	4.532,5	4.816,3	4.783,1	4.643,5	4.500,9	4.385,5	4.382,3	4.189,3	4.072,2	4.026,8	3.981,1	4.090,3
Discount Bond (DB)	3.902,8	3.951,2	4.198,6	4.169,6	3.971,9	3.849,9	3.751,2	3.743,0	3.578,2	3.478,2	3.439,4	3.400,4	3.493,7
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.494,1	1.375,1	1.461,2	1.451,2	1.413,5	1.370,0	1.334,9	1.200,6	1.147,7	1.115,6	1.103,2	1.090,6	1.120,6
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	19.021,1	18.340,2	19.488,6	19.354,1	18.851,5	18.272,3	17.803,9	16.901,3	16.156,9	15.705,5	15.530,4	15.354,0	15.775,3
Debt Conversion Bond (DCB)	10.920,7	10.405,9	11.057,5	10.981,2	10.696,0	10.367,4	10.101,6	9.463,4	9.046,6	8.793,8	8.695,8	8.597,0	8.832,9
New Money Bond (NMB)	3.332,6	3.067,3	3.259,4	3.236,9	3.152,8	3.055,9	2.977,6	2.677,9	2.560,7	2.488,4	2.460,7	2.432,8	2.499,5
Eligible Interest (EI)	3.587,6	2.905,7	3.087,7	3.066,4	2.986,8	2.895,0	2.820,8	2.114,0	2.020,9	1.964,5	1.942,6	1.920,5	1.973,2
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	128.995,5	120.870,7	128.958,8	130.425,9	128.839,2	125.277,7	124.333,7	127.819,6	123.481,5	122.011,2	119.477,6	123.460,9	128.740,9
Euro 2004	1.755,6	1.730,3	1.872,1	1.859,7	1.783,6	1.753,1	-	-	-	-	-	-	-
Euro 2005	4.436,6	4.371,7	4.730,0	4.698,5	4.506,4	4.429,3	4.403,9	4.501,9	4.499,1	4.480,9	4.240,1	4.259,2	4.283,9
Euro 2006	2.465,0	2.429,5	2.628,6	2.611,1	2.504,3	2.461,5	2.447,4	2.501,9	2.500,3	2.490,2	2.356,4	2.367,0	2.380,7
Euro 2007	2.687,2	2.648,5	2.865,5	2.846,4	2.730,0	2.684,4	2.668,0	2.727,3	2.725,7	2.714,6	2.568,7	2.580,3	2.595,2
Euro 2009	1.791,4	1.765,6	1.910,3	1.897,6	1.820,0	1.788,9	1.778,6	1.818,2	1.817,1	1.809,7	1.712,5	1.720,2	1.730,2
Euro 2010	2.687,2	2.648,5	2.865,5	2.846,4	2.730,0	2.684,4	2.668,0	2.727,3	2.725,7	2.714,6	2.568,7	2.580,3	2.595,2
Euro 2011	3.582,9	3.531,3	3.820,7	3.795,2	3.640,0	3.577,8	3.557,3	3.636,4	3.634,2	3.619,5	3.425,0	3.440,3	3.460,3
Euro 2012	-	-	-	-	-	-	3.557,3	3.636,4	3.634,2	3.619,5	3.425,0	3.440,3	3.460,3
Euro 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.720,2	1.720,2
Eurolibra 2007	805,4	786,2	860,8	849,0	826,7	793,7	777,6	788,6	784,0	768,9	742,0	749,0	756,8
Eurolibra 2017	1.367,7	1.367,8	1.479,8	1.470,0	1.409,9	1.385,8	1.377,8	1.408,5	1.407,6	1.401,9	1.326,6	1.332,5	1.340,3
Global 2004	8.725,8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Global 2005	2.908,6	2.944,7	3.129,1	3.107,5	3.026,8	2.933,8	2.858,6	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2
Global 2006	4.362,9	4.417,1	4.693,7	4.661,3	4.540,2	4.400,7	4.287,9	4.284,8	4.096,1	3.981,6	3.937,2	3.892,5	3.999,3
Global 2007	7.271,5	7.361,8	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5
Global 2008	7.271,5	7.361,8	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5
Global 2009	5.817,2	5.889,4	6.258,2	6.244,4	6.068,0	5.823,7	5.667,3	5.573,3	5.370,6	5.243,8	5.150,0	5.060,0	5.150,0
Global 2010	7.271,5	7.361,8	7.822,8	7.768,8	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5
Global 2011	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8
Global 2012	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8
Global 2013	3.635,8	3.680,9	3.911,4	3.884,4	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8
Global 2014	-	-	-	-	2.270,1	2.204,4	2.144,0	2.142,4	2.048,0	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8
Global 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.666,2
Global 2019	-	-	-	-	-	-	-	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2
Global 2020	2.908,6	2.944,7	3.129,1	3.107,5	3.026,8	2.933,8	2.858,6	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2
Global 2024	8.652,2	8.759,6	9.308,1	9.243,9	9.003,8	8.727,2	8.503,5	8.497,2	8.123,0	7.896,0	7.719,4	7.931,2	7.931,2
Global 2025	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.243,8	3.243,8
Global 2027	10.180,1	10.306,5	10.951,9	10.876,3	10.593,8	10.268,3	10.005,1	9.997,8	9.557,5	9.290,4	9.186,8	9.082,5	9.331,7
Global 2030	4.653,8	4.711,5	5.006,6	4.972,0	4.842,9	4.694,1	4.573,8	4.570,4	4.369,1	4.247,0	4.152,0	4.065,0	4.265,9
Global 2034	4.362,9	4.417,1	4.693,7	4.661,3	4.540,2	4.400,7	4.287,9	4.284,8	4.096,1	3.981,6	3.937,2	3.892,5	3.999,3
Global 2040	15.000,6	15.186,7	16.137,7	16.026,3	15.610,1	15.130,5	14.742,7	14.731,9	14.083,1	13.689,6	13.536,9	13.383,2	13.750,4
Marco Alemão 2007	1.831,9	1.805,5	1.953,5	1.940,5	1.861,1	1.829,3	1.818,8	1.859,3	1.858,1	1.850,6	1.751,2	1.759,0	1.769,2
Marco Alemão 2008	1.373,9	1.354,1	1.465,1	1.455,3	1.395,8	1.372,0	1.364,1	1.394,5	1.393,6	1.388,0	1.313,4	1.319,3	1.326,9
Samurai 2006	1.670,3	1.597,1	1.712,8	1.712,2	1.629,1	1.610,1	1.556,7	1.607,0	1.588,8	1.553,0	1.517,0	1.486,6	1.489,6
Samurai 2007	2.227,1	2.129,5	2.283,7	2.282,9	2.172,2	2.146,8	2.075,7	2.142,6	2.118,4	2.070,7	2.022,7	1.982,2	1.986,1
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.912,3	-3.673,0	-3.920,1	-3.935,2	-3.893,3	-3.960,4	-3.856,1	-3.933,9	-3.655,5	-3.674,2	-3.797,9	-3.697,2	-3.778,8
III. DÍVIDA CONTRATUAL	52.149,8	52.028,2	55.256,8	53.030,5	50.563,0	49.150,1	47.822,4	48.125,6	46.554,7	43.574,2	41.960,5	41.498,8	42.038,0
IV. DISPONÍB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-347,2	-380,2	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5
V. TOTAL (I+II+III+IV)	224.477,3	214.290,0	228.178,2	227.088,0	221.758,7	215.267,3	211.810,1	212.831,4	205.425,4	199.892,3	195.128,6	198.301,3	205.044,0
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	14,1%	13,4%	14,1%	13,8%	13,3%	12,8%	12,4%	12,3%	11,8%	11,3%	10,9%	11,0%	11,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Mar/2004	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2005
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	1.023.720,3	1.029.020,5	1.017.380,1	1.037.579,1	1.038.438,3	1.045.751,0	1.057.082,6	1.066.393,2	1.074.803,4	1.102.253,5	1.116.862,3	1.130.190,1	1.159.027,9
I. Dívida em Mercado	734.065,4	744.454,4	724.948,3	736.414,8	739.003,6	745.544,0	757.366,3	764.214,2	773.745,4	799.217,5	815.449,1	835.428,5	862.116,1
Dívida Securitizada	19.023,9	19.163,1	19.210,3	19.389,5	19.331,3	19.466,0	19.294,0	19.095,8	18.899,9	25.448,5	25.359,7	25.390,9	25.278,3
TDA	2.085,7	2.066,4	2.125,3	2.125,8	2.172,4	2.388,3	2.390,0	2.519,7	2.483,6	2.410,8	2.581,9	2.650,3	2.647,1
LTN	116.192,3	120.271,3	121.509,0	126.436,0	113.756,1	125.601,0	133.273,0	133.507,8	144.909,2	159.841,6	151.278,6	169.563,8	183.444,7
LFT	440.258,9	442.530,7	417.499,1	420.989,2	436.969,6	430.126,0	434.074,0	443.118,8	442.979,0	448.719,6	477.176,7	478.954,6	489.467,6
LFT-A	3.655,9	3.668,5	3.682,6	3.696,5	3.704,4	3.720,2	3.734,2	3.746,5	3.759,9	3.781,8	3.799,7	3.811,3	3.834,0
LFT-B	5.963,1	5.938,6	5.958,6	5.513,2	5.533,8	5.563,8	5.504,5	5.385,9	5.332,3	5.326,6	5.328,4	5.332,2	5.312,7
NTN-A	13.084,8	13.097,3	13.944,3	13.875,5	13.545,0	13.159,4	12.807,2	12.651,4	12.122,1	11.812,6	11.709,2	11.603,5	11.904,2
NTN-B	21.647,2	22.786,4	22.437,3	23.591,3	25.248,1	25.372,1	25.745,6	26.194,6	25.786,8	26.306,3	26.826,0	26.715,2	26.987,4
NTN-C	64.322,1	66.681,5	69.979,0	72.470,1	72.781,4	74.820,9	75.844,9	76.422,8	77.962,6	78.740,7	78.061,3	79.010,0	80.281,9
NTN-D	23.587,3	23.849,4	23.758,7	23.603,0	21.484,3	20.890,8	20.309,1	17.128,0	14.881,0	11.772,9	7.936,3	6.177,3	6.179,1
NTN-F	1.209,4	1.298,4	1.309,1	1.311,6	1.265,3	1.282,2	1.297,4	1.604,5	1.982,1	2.830,9	3.382,1	4.312,6	4.798,4
NTN-I	1.577,3	1.557,9	1.661,1	1.629,0	1.633,2	1.589,2	1.579,0	1.557,8	1.484,6	1.563,6	1.529,5	1.663,4	1.686,1
NTN-P	2.674,9	2.690,3	2.707,7	2.725,6	2.744,2	2.763,1	2.781,3	2.798,0	2.814,9	2.835,9	2.855,2	2.872,0	2.893,5
CFT-A	12.188,6	12.207,0	12.263,4	12.318,3	12.160,9	12.198,3	12.187,7	11.965,2	11.931,0	11.477,7	11.195,3	11.067,6	11.042,2
CFT-D	2.838,3	2.864,5	3.034,6	3.004,1	2.917,0	2.818,4	2.737,2	2.724,3	2.595,7	2.515,0	2.478,7	2.442,0	2.500,9
Demais	3.755,7	3.783,1	3.868,2	3.736,1	3.756,7	3.784,1	3.807,2	3.793,0	3.820,7	3.833,2	3.950,5	3.861,8	3.858,0
II. Dívida com BACEN	289.654,9	284.566,1	292.431,8	301.164,2	299.434,7	300.207,0	299.716,4	302.179,0	301.058,0	303.035,9	301.413,3	294.761,5	296.911,8
LTN	128.815,9	120.829,4	122.606,5	124.775,1	103.178,7	108.903,7	114.717,6	102.506,1	114.477,1	126.149,3	111.193,3	107.432,2	119.486,5
LFT	90.794,8	91.895,5	95.509,8	102.678,0	124.225,5	121.176,3	119.584,8	133.999,4	123.646,1	116.051,2	135.136,4	132.964,6	125.181,3
NTN-D	56.763,0	57.785,9	60.465,2	59.726,6	58.070,3	56.243,9	51.476,7	51.607,8	49.032,0	47.070,4	41.593,3	40.948,5	39.025,3
Demais	13.281,3	14.055,2	13.850,3	13.984,5	13.960,0	13.883,2	13.937,3	14.065,8	13.902,9	13.765,0	13.490,3	13.416,2	13.218,7
Dívida em Mercado/PIB	46,1%	46,4%	44,7%	44,8%	44,4%	44,2%	44,4%	44,3%	44,3%	45,2%	45,6%	46,3%	47,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Mar/2004	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar/2005
I. INTERNA	-136.181,4	-137.525,0	-139.385,7	-142.356,5	-144.952,3	-145.402,8	-146.322,9	-147.742,6	-149.446,6	-149.919,4	-152.510,2	-154.717,5	-155.761,8
Dívida contratual	487,3	489,7	506,5	476,6	466,2	453,4	441,1	429,7	414,2	380,2	373,9	370,4	377,8
FAT	-94.308,0	-95.323,0	-96.514,9	-98.802,7	-100.786,7	-100.745,0	-101.214,5	-101.963,6	-103.146,3	-102.752,3	-105.572,6	-107.193,4	-107.899,4
Aplicações financeiras	-3.649,7	-3.474,0	-3.738,6	-3.770,3	-3.785,0	-3.787,7	-3.800,6	-3.873,3	-3.875,0	-3.658,6	-3.666,1	-3.805,1	-3.860,9
Fundos Regionais	-26.149,5	-26.528,0	-26.790,0	-27.283,2	-27.668,8	-28.062,0	-28.403,8	-28.870,3	-29.237,8	-29.605,6	-29.967,5	-30.424,2	-30.939,7
Demais	-12.561,5	-12.689,6	-12.848,7	-12.977,0	-13.178,0	-13.261,4	-13.345,0	-13.465,0	-13.601,7	-14.283,1	-13.677,9	-13.665,1	-13.439,6
II. EXTERNA	-347,2	-380,2	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5
Disponibilidades	-347,2	-380,2	-407,3	-389,9	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-136.528,6	-137.905,2	-139.793,0	-142.746,4	-145.309,0	-145.777,3	-146.785,1	-148.201,1	-149.862,6	-150.296,4	-152.952,2	-155.178,4	-156.205,2
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,7%	-8,7%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,5%	-8,6%	-8,6%	-8,6%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração



TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ MARÇO 2004/2005 (*)

R\$ milhões

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2004						2005					
	Dotação autorizada	Limite autorizado (até dez)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação autorizada	Limite autorizado (até dez)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
					Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	586.300,7	527.536,0	288.837,4	46.097,7	45.175,7	30.425,6	1.045.375,5	755.600,0	227.488,7	53.988,8	46.796,8	28.820,2
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.350,0	2.493,0	442,3	357,4	357,4	1,0	2.300,1	2.500,0	1.015,8	294,6	292,1	14,5
Advocacia-Geral da União	94.166,8	66.232,0	40.091,9	10.216,9	9.576,5	3.401,4	89.808,2	73.500,0	50.640,4	11.354,6	11.337,2	3.831,7
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	624.668,7	613.531,0	298.472,6	86.199,8	67.578,6	49.507,4	811.858,7	626.500,0	300.227,8	83.762,3	59.995,8	58.083,2
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.886.407,9	1.878.889,0	806.624,8	162.570,3	155.342,3	190.022,4	2.332.529,6	3.241.500,0	543.850,6	192.831,3	154.707,7	161.690,2
Ministério da Fazenda	1.488.234,8	1.558.286,0	769.245,3	148.339,4	145.571,2	27.262,1	1.877.271,6	1.963.200,0	1.094.133,0	268.993,3	203.230,5	37.961,3
Ministério da Educação	5.611.512,0	5.781.128,0	1.779.960,2	803.544,9	495.705,2	589.972,2	6.973.405,6	7.210.800,0	1.482.777,2	601.673,8	570.610,7	647.901,8
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	426.061,6	403.294,0	141.085,5	41.197,7	40.738,4	9.032,0	486.622,7	419.000,0	156.363,5	63.232,2	62.760,1	23.062,7
Ministério da Justiça	712.015,6	742.152,0	223.776,3	62.231,2	58.545,5	65.292,7	1.049.006,2	1.227.800,0	164.950,8	78.126,9	69.488,3	73.432,9
Ministério de Minas e Energia	462.501,1	340.175,0	177.180,3	32.857,0	31.047,3	35.111,0	648.136,3	287.800,0	86.190,8	34.759,1	33.119,7	13.066,1
Ministério da Previdência Social	1.337.340,6	1.216.594,0	456.812,9	125.320,6	103.418,8	135.706,5	1.335.373,9	1.104.400,0	532.343,4	139.059,4	114.818,7	160.831,6
Ministério das Relações Exteriores	764.941,0	897.492,0	423.771,2	127.781,7	127.779,9	13.355,1	874.162,5	776.200,0	274.989,1	90.757,7	90.322,7	70.732,3
Ministério da Saúde	27.183.414,2	27.218.569,0	9.144.046,3	5.653.463,4	5.576.685,2	1.126.742,7	30.144.971,8	32.772.600,0	14.111.767,4	7.088.144,9	6.384.516,3	965.767,7
Ministério do Trabalho e Emprego	790.825,6	590.688,0	181.746,8	75.838,1	73.081,3	8.185,9	781.192,0	547.200,0	249.805,1	66.244,4	65.366,3	10.129,3
Ministério dos Transportes	541.672,3	530.012,0	213.475,8	44.247,9	31.752,3	102.594,1	836.777,8	4.239.700,0	152.433,7	25.000,2	23.823,8	129.649,6
Ministério das Comunicações	465.877,6	358.100,0	185.460,2	30.554,4	30.539,3	27.478,9	702.868,9	254.400,0	95.319,3	38.811,9	36.899,9	34.170,6
Ministério da Cultura	258.873,7	212.871,0	58.216,8	11.892,7	11.410,3	16.784,4	342.025,1	213.400,0	99.142,7	15.911,0	14.686,1	24.010,5
Ministério do Meio Ambiente	384.721,4	361.408,0	111.030,1	33.302,3	31.596,2	27.230,8	449.634,6	392.900,0	51.116,9	26.027,9	25.527,4	30.756,0
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	839.676,2	323.413,0	178.550,4	32.587,1	28.821,0	26.100,9	453.927,9	349.100,0	55.244,3	36.652,1	31.883,2	22.178,1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	396.569,7	445.966,0	119.715,0	18.567,0	17.879,7	26.072,9	699.655,3	1.298.900,0	94.917,7	21.558,1	21.469,9	57.225,6
Ministério do Esporte	99.148,7	80.952,0	13.333,2	2.842,7	2.842,7	19.034,9	142.404,9	89.400,0	17.177,2	2.653,1	2.573,8	9.772,0
Ministério da Defesa	3.176.362,5	3.524.894,0	976.514,6	218.781,7	157.982,0	254.241,0	3.821.914,3	4.705.800,0	861.890,1	301.824,9	251.555,2	338.912,7
Ministério da Integração Nacional	293.091,5	228.041,0	31.236,7	10.208,6	9.317,4	72.911,3	251.936,7	1.129.100,0	45.679,0	11.628,2	11.210,3	37.966,5
Ministério do Turismo	199.366,8	183.837,0	40.961,9	13.387,3	13.349,2	4.218,4	355.662,2	199.000,0	45.788,0	14.006,0	13.759,3	23.431,4
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	5.483.698,8	5.654.398,0	1.669.128,2	1.292.315,0	1.291.267,0	109.259,7	7.201.810,9	6.451.000,0	1.964.017,2	1.377.392,3	1.372.886,7	121.594,6
Ministério das Cidades	268.731,8	264.916,0	131.524,3	31.446,9	28.329,9	23.309,0	405.896,2	731.600,0	115.539,4	30.842,9	27.148,8	72.931,2
Encargos Financeiros da União	31.710,3	-	-	-	-	-	162.557,7	162.600,0	47.755,4	417,8	417,8	-
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	133.755,3	135.917,0	33.442,1	9.821,3	9.821,3	-	1.048.740,6	146.400,0	36.135,9	11.694,7	11.694,7	1.924,9
Operações Oficiais de Crédito	42.593,6	37.596,0	2,4	2,4	2,4	-	123.443,6	63.100,0	4,5	4,5	4,5	-
Reserva	-	-	-	-	-	-	-	100.200,0	-	-	-	-
TOTAL	54.586.590,8	54.179.380,0	18.494.685,2	9.125.973,0	8.595.513,7	2.993.254,1	65.451.271,2	71.535.200,0	22.958.704,8	10.687.648,7	9.712.904,1	3.159.849,1

Dados preliminares.

(*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

(1) Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.



TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ MARÇO 2004/2005 (*)

R\$ milhões

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2004						2005					
	Dotação autorizada	Limite autorizado (até dez)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação autorizada	Limite autorizado (até dez)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
					Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	144.087,4	95.831,0	1.078,5	133,6	129,6	5.728,9	109.045,6	59.270,0	2.650,5	535,4	526,1	17.555,1
Gabinete da Vice-Presidência da República	150,0	110,0	51,3	51,3	51,3	-	200,0	200,0	0,7	0,7	0,7	-
Advocacia-Geral da União	9.410,4	12.843,0	37,2	4,1	4,1	2.835,2	8.221,1	4.200,0	14,8	-	-	3.370,0
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	187.146,7	122.013,0	1.526,4	514,2	168,3	11.766,4	355.204,6	90.591,0	3.845,6	3.086,7	330,5	11.505,1
Ministério da Ciência e Tecnologia	205.788,7	254.661,0	5.461,4	1.090,6	1.008,0	14.248,1	654.615,4	655.115,0	7.788,9	4.918,9	4.799,7	17.207,3
Ministério da Fazenda	89.313,6	74.918,0	4.667,8	251,0	235,3	5.662,3	526.783,3	526.342,0	12.691,7	2.936,9	2.893,3	7.467,7
Ministério da Educação	692.522,6	478.292,0	8.648,7	3.230,4	2.882,9	70.386,2	937.436,7	749.588,0	38.938,4	30.838,1	6.398,0	70.703,3
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	68.847,1	137.099,0	966,6	339,7	333,3	1.038,1	103.658,1	22.373,0	1.138,4	857,9	857,4	2.404,6
Ministério da Justiça	554.671,7	503.539,0	3.600,6	1.935,7	1.730,5	39.548,3	679.361,4	421.203,0	6.152,6	5.270,9	5.263,9	26.953,5
Ministério de Minas e Energia	68.024,7	46.019,0	133,3	85,8	79,8	1.353,0	37.443,5	23.404,0	492,2	248,6	244,7	1.613,9
Ministério da Previdência Social	47.295,7	34.739,0	2.007,2	2,5	2,5	6.068,9	151.575,6	136.405,0	3.118,4	-	-	12.170,2
Ministério das Relações Exteriores	39.059,0	29.001,0	1.619,3	1.610,5	1.610,5	773,9	69.601,8	65.102,0	2.373,8	2.251,4	2.251,4	981,5
Ministério da Saúde	2.592.341,7	1.921.386,0	138.924,0	53.900,3	52.298,0	184.089,4	2.627.598,1	2.627.600,0	76.097,1	5.552,5	5.513,5	171.462,4
Ministério do Trabalho e Emprego	33.567,9	25.134,0	275,8	47,0	47,0	2.045,3	24.225,2	22.163,0	10.097,0	741,3	740,8	4.809,4
Ministério dos Transportes	2.484.181,6	2.168.488,0	641.266,2	5.513,4	1.652,5	175.947,9	6.305.086,6	3.603.654,0	295.810,8	253,7	228,8	96.078,1
Ministério das Comunicações	19.337,9	41.900,0	1.632,3	628,0	628,0	2.264,8	151.300,8	45.245,0	3.951,5	2.881,7	2.881,7	6.194,9
Ministério da Cultura	109.703,6	45.885,0	61,6	17,1	11,4	1.970,4	137.988,4	40.641,0	12.119,5	20,0	19,8	5.099,3
Ministério do Meio Ambiente	88.208,5	40.478,0	2.008,5	118,7	91,6	4.209,6	112.828,3	40.117,0	376,2	200,8	194,8	5.409,7
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	12.805,6	25.758,0	41,2	8,5	6,7	943,5	18.768,5	18.768,0	868,1	0,3	0,3	3.388,7
Ministério do Desenvolvimento Agrário	673.663,4	1.086.318,0	102.824,6	1.399,6	1.399,6	32.767,2	1.234.679,9	788.400,0	240.223,7	35.100,3	35.092,6	24.252,9
Ministério do Esporte	250.020,3	156.492,0	1.126,2	-	-	13.346,9	479.464,7	14.000,0	4.693,9	648,6	648,6	5.649,9
Ministério da Defesa	1.091.577,2	1.422.400,0	176.675,5	51.842,8	51.304,8	92.372,7	1.417.315,9	968.126,0	91.224,3	24.130,4	22.221,0	228.965,9
Ministério da Integração Nacional	1.109.790,6	682.726,0	19.596,1	801,4	801,4	22.083,1	2.323.481,1	956.366,0	19.946,6	145,7	83,4	24.067,7
Ministério do Turismo	262.345,2	176.458,0	824,5	8,0	8,0	2.288,3	658.657,8	19.121,0	29,0	25,2	25,2	224,6
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	325.521,2	150.680,0	522,1	-	-	3.683,3	181.260,0	181.260,0	816,0	0,6	0,6	1.633,5
Ministério das Cidades	1.098.883,7	968.736,0	118.494,8	3.268,0	176,2	55.677,8	2.341.810,8	341.200,0	43.901,8	10.399,8	756,1	25.481,2
TOTAL	12.258.265,8	10.701.904,0	1.234.071,5	126.802,3	116.661,3	753.099,5	21.647.613,1	12.420.454,0	879.361,2	131.046,3	91.972,8	774.650,0

Dados preliminares.

(*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

(1) Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Diferem do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

COMENTÁRIOS

No mês de março de 2005, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo nominal de 4,1% (quatro vírgula um por cento) quando comparados aos repasses efetuados em fevereiro de 2005.

Em março de 2005, as transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 3.910,2 milhões, contra R\$ 4.077,2 milhões no mês de fevereiro de 2005, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes as distribuições decenciais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: -> Governo

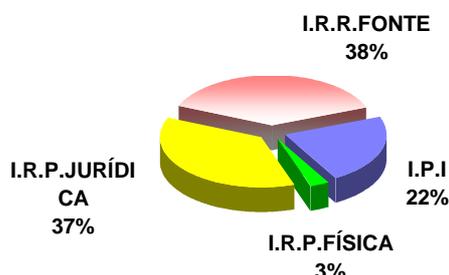
-> DAF-Distribuição da Arrecadação Federal

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (0xx61) 412-3116, 412-3023. **Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional : (0xx61) 481-8000.**

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **março** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

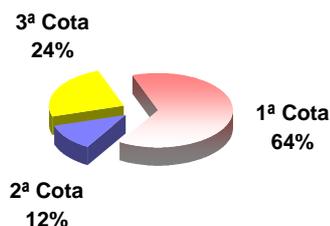
BASE DE CÁLCULO DO FPM FPE FNO FNE FCO



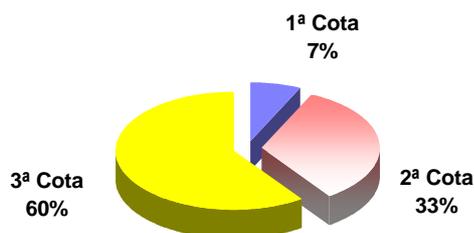
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIACÃO NOMINAL(%)		
	MAR	FEV	JAN A MAR	MAR/05 FEV/05	MAR/05 MAR/04	JAN A MAR/05 JAN A MAR/04
2004	1.938,4	2.395,1	6.526,8	-	-	-
2005	2.350,8	2.451,2	7.602,1	-4,1%	+21,2 %	+16,4 %

ANO	FPE* (R\$ Milhões)			VARIACÃO NOMINAL(%)		
	MAR	FEV	JAN A MAR	MAR/05 FEV/05	MAR/05 MAR/04	JAN A MAR/05 JAN A MAR/04
2004	1.852,2	2.288,7	6.236,7	-	-	-
2005	2.246,3	2.342,2	7.264,3	-4,1%	+21,2%	+16,4 %

(*) Não excluídos 15% para o FUNDEF.

PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 678/04 os créditos relativos ao mês de **março** foram efetuados nas seguintes datas: **10/03, 18/03 e 30/03**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
MAR	-12,0%	-4,1%	-12,0%	-4,1%	-14,0%	0,0%

DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de fevereiro a 20 de março de 2005, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)(2)	FUNDEF(2)
3ºDEC/FEV	126,2	5.227,3	5.353,5						
MAR/2005	1.574,3	7.926,9	9.501,2	MAR/2005	2.350,9	1.909,4	1.998,2	151,8	745,8
1ºDEC/MAR	591,2	2.707,4	3.298,6	3º Dec/Jan	1.204,5	1.232,9	1.290,3	10,7	355,2
2ºDEC/MAR	1.068,9	727,2	1.796,1	1º Dec/Fev	742,2	298,6	312,5	50,3	226,6
3ºDEC/MAR	344,5	5.895,2	6.239,7	2º Dec/Fev	404,1	459,4	480,8	90,9	134,6

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	11.172,68	65.321,14	15,87	13.540,40
AL	47.582,81	79.433,64	376,38	24.668,80
AM	27.466,85	53.280,36	4.069,55	15.396,01
AP	7.026,72	65.149,29	3,21	12.910,26
BA	178.524,39	179.412,60	9.167,62	66.362,73
CE	104.573,39	140.091,99	1.996,11	44.220,73
DF	4.433,47	13.178,79	42,55	3.459,70
ES	35.689,66	28.641,25	6.767,99	14.358,77
GO	72.614,40	54.286,62	1.522,13	23.230,15
MA	81.262,01	137.825,51	1.438,14	81.381,27
MG	262.834,93	85.054,96	17.254,25	69.921,41
MS	29.720,88	25.433,43	971,01	10.429,19
MT	37.811,83	44.067,43	1.445,01	15.529,14
PA	72.743,11	116.703,54	5.698,58	58.860,41
PB	64.603,30	91.440,05	595,68	27.764,36
PE	101.190,28	131.753,57	848,32	39.593,21
PI	49.751,23	82.513,53	82,56	27.085,68
PR	134.937,71	55.052,30	16.928,42	40.800,09
RJ	59.027,01	29.170,16	15.681,27	20.824,12
RN	49.643,03	79.773,52	1.026,36	23.173,24
RO	18.192,02	53.761,53	216,70	12.841,91
RR	9.759,32	47.366,90	9,88	10.099,09
RS	134.808,55	44.962,94	21.832,08	39.812,04
SC	77.695,93	24.436,71	13.361,34	21.907,58
SE	29.086,67	79.341,99	102,38	19.258,99
SP	268.059,91	19.094,17	30.368,05	68.380,61
TO	30.656,49	82.868,68	18,83	20.070,63
Total	2.000.868,55	1.909.416,61	151.840,27	825.880,53

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP. e FUNDEF-União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Abr/Mar	Mai/Abr	Jun/Mai
FPM/FPE/FNE/FNO/FCO	+2,0 %	+4,0 %	+1,0%
IPI-EXP	+8,0 %	+4,0%	+5,0%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Jun/2004	30/08/04	Nov/2004	21/12/04
Jul/2004	30/08/04	Dez/2004	09/02/05
Ago/2004	30/09/04	Jan a Dez/2004	10/02/05
Set/2004	20/10/04	Jan/2005	16/02/05
Out/2004	26/11/04	Fev/2005	17/03/05

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 17 de dezembro de 2004, a Portaria STN 678, de 16 de dezembro de 2004, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2005.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 412.3116/3023 Fax: (61) 412.1580

Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

COMPORTAMENTO NO MÊS

Em março de 2005, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.727,4 milhões, contra R\$ 2.389,3 milhões em fevereiro de 2005. Os repasses para o Fundo apresentaram acréscimo de 14,1% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o acréscimo da ordem de 18,6% do ICMS-FUNDEF.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições de cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: > Governo, > DAF-Distribuição da Arrecadação Federal-> Clique aqui para ver Demonstrativo.

Não deixe de consultar, também a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional:(061)481-8000.

Origens	R\$ Mil				
	fevereiro	Partc.	março	Partc.	MAR/FEV
FPM	364.927,6	15,3%	349.986,4	12,8%	-4,1%
FPE	351.340,8	14,7%	336.955,9	12,4%	-4,1%
IPI-EXP	26.793,1	1,1%	26.795,3	1,0%	0,0%
LC 87/96	42.390,3	1,8%	42.390,3	1,6%	0,0%
LC 102/00					
Compl. União	0,0	0,0%	69.752,7	2,6%	-
ICMS	1.603.928,3	67,1%	1.901.563,5	69,7%	18,6%
Total	2.389.380,1	100%	2.727.444,1	100%	14,1%

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 2104-8648, 2104-9270, 2104-9295
- por meio do Fax (61) 2104-9283;
- por meio de e-mail: fundef@mec.gov.br ;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 501
70.047-900 – Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 412.3116//3023 Fax: (61) 412. 1580
Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

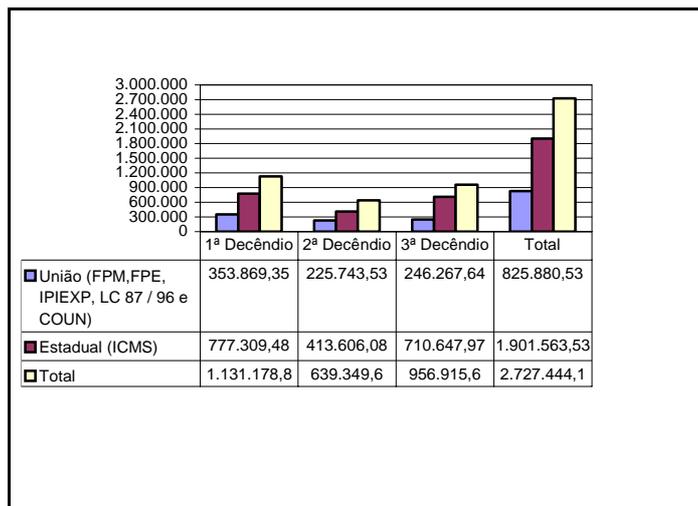
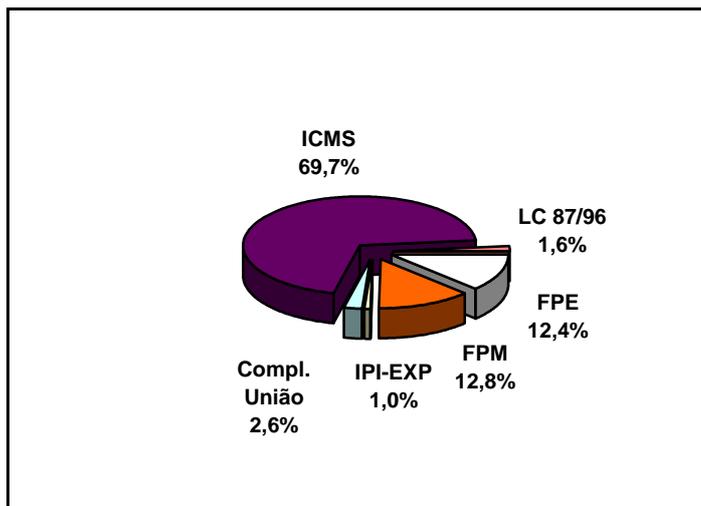
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA 2005 - PORTARIA Nº 041, DE 29 DE MARÇO DE 2005

Portaria MF nº 41, de 29 de março de 2005, publicado no D.O.U. em 31/03/05, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2005.

MÊS	ALAGOAS	MARANHÃO	PARÁ	PIAUI	TOTAL
MARÇO	1.830.630	41.751.495	22.568.445	3.602.085	69.752.655
ABRIL	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
MAIO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
JUNHO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
JULHO	1.830.630	41.751.495	22.568.445	3.602.085	69.752.655
AGOSTO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
SETEMBRO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
OUTUBRO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
NOVEMBRO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
DEZEMBRO	2.440.840	55.668.660	30.091.260	4.802.780	93.003.540
TOTAL	10.373.570	236.591.805	127.887.855	20.411.815	395.265.045

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM
FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - MARÇO/2005 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	144.012	11.527	1.972	3	0	39	4.245	17.786	123,5	383,2
AL	686.155	14.018	8.397	66	1.831	357	13.952	38.620	56,3	168,7
AM	737.073	9.402	4.847	718	0	428	40.905	56.301	76,4	207,7
AP	124.616	11.497	1.240	1	0	173	3.360	16.270	130,6	402,3
BA	2.886.960	31.661	31.504	1.618	0	1.580	86.526	152.889	53,0	159,9
CE	1.585.366	24.722	18.454	352	0	692	50.617	94.838	59,8	157,9
DF(2)	294.440	2.326	782	8	0	344	0	3.460	11,8	37,7
ES	501.939	5.054	6.298	1.194	0	1.812	47.808	62.167	123,9	346,9
GO	915.092	9.580	12.814	269	0	567	46.065	69.295	75,7	235,3
MA	1.475.516	24.322	14.340	254	41.751	713	28.131	109.512	74,2	151,2
MG	3.257.691	15.010	46.383	3.045	0	5.484	176.371	246.293	75,6	232,8
MS	404.776	4.488	5.245	171	0	525	27.300	37.729	93,2	291,2
MT	575.521	7.777	6.673	255	0	825	38.906	54.435	94,6	279,4
PA	1.554.285	20.595	12.837	1.006	22.568	1.855	26.081	84.941	54,6	161,7
PB	773.710	16.136	11.401	105	0	122	16.862	44.627	57,7	179,2
PE	1.429.101	23.251	15.618	150	0	574	51.952	91.545	64,1	184,2
PI	663.490	14.561	8.780	15	3.602	128	8.864	35.950	54,2	168,3
PR	1.558.298	9.715	23.813	2.987	0	4.285	99.685	140.485	90,2	283,2
RJ	2.003.228	5.148	10.417	2.767	0	2.493	176.938	197.762	98,7	286,3
RN	543.826	14.078	8.761	181	0	154	17.663	40.836	75,1	240,8
RO	300.173	9.487	3.210	38	0	106	13.192	26.034	86,7	276,7
RR	75.189	8.359	1.722	2	0	16	2.713	12.813	170,4	530,4
RS	1.541.054	7.935	23.756	3.853	0	4.268	161.506	201.319	130,6	320,1
SC	878.422	4.312	13.711	2.358	0	1.526	77.458	99.366	113,1	330,3
SE	378.202	14.002	5.133	18	0	106	11.386	30.645	81,0	258,5
SP	5.091.365	3.370	46.469	5.359	0	13.183	665.129	733.510	144,1	400,8
TO	263.208	14.624	5.410	3	0	33	7.947	28.018	106,4	322,6
Total	30.642.708	336.956	349.986	26.795	69.753	42.390	1.901.564	2.727.444	89,0	254,1

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 4.351, de 28.12.2004. Exceto, os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).
 Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.